

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**O ENSINO RELIGIOSO E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO ÉTICA
E SOCIAL DOS ADOLESCENTES**

Recife -PE

2014

HAMUTAL ROCHA DA COSTA

**O ENSINO RELIGIOSO E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO ÉTICA
E SOCIAL DOS ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Linha de Pesquisa: Campo religioso brasileiro, cultura e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alencar Libório

Recife -PE

2014

HAMUTAL ROCHA DA COSTA

**O ENSINO RELIGIOSO E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO ÉTICA
E SOCIAL DOS ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Alencar Libório
Universidade Católica de Pernambuco
Orientador

Prof. Dr. Alexsandro Medeiros do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco
Titular externo

Prof. Dr. Antonio Raimundo Sousa Mota
Universidade Católica de Pernambuco
Titular interno

Recife-PE

2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me sustentou nas Suas mãos.

À minha família pelo apoio, incentivo e colaboração.

À equipe gestora e pedagógica da Escola Estadual Buritis, em especial a gestora e coordenadora. Pelo incentivo e compreensão das muitas vezes que tive que me ausentar para estudar e me dedicar aos estudos, meu carinho todo especial.

Aos meus filhos Handell, Nathaly e Kaelly.

Ao meu orientador, pelo seu apoio desde o início desta jornada, pela excelente orientação, pela sua dedicação, competência, disponibilidade, exemplo e amizade.

À Banca de Qualificação pela contribuição para o enriquecimento do presente trabalho.

“O começo de todas as ciências é o espanto de as coisas serem o que são”. (Aristóteles)

RESUMO

Em nossos dias, fala-se muito em crise de transmissão de valores, especialmente atingindo adolescentes e jovens em sua dinâmica existencial no que concerne a sua formação ética e social. O presente trabalho visa a entender o que está acontecendo com os indivíduos que compõem a sociedade e a saber quais as influências do Ensino Religioso na formação ética e social dos alunos das escolas públicas de Boa Vista-RR. A pesquisa será conduzida com alunos voluntários, selecionados em uma escola estadual. Será utilizado um questionário misto, com questões fechadas e abertas e entrevistas semiestruturadas, realizada como complemento, aos professores e gestão da escola. Também realizar-se-ão observações no contexto escolar do comportamento e atitudes dos alunos durante as aulas de ensino religioso. A metodologia empregada é uma abordagem de cunho qualitativo e de natureza descritiva, apoiada em pesquisa de campo. A análise de conteúdo orientará o processo de interpretação das respostas às questões abertas. As perguntas fechadas serão submetidas a tratamento estatístico simples, que possibilitará a construção de gráficos. Os dados analisados da pesquisa resultarão na construção do Produto: um Manual de Orientação para o Ensino Religioso para a formação de valores éticos e sociais.

Palavras-chave: Identidade e práticas sócio religiosas, Ensino Religioso. Valores. Formação Ética.

ABSTRACT

Nowadays so much of the crisis of transmission of values is spoken in the society, especially reaching the adolescents and young in their existential dynamics concerning to their ethical and social formation. The present work seeks to understand what is happening with the individuals that compose the society and to know hat influences of religious education in ethic sand social education of adolescents in public schools in Boa Vista-RR. There search will be conducted with student volunteers, selected in a public school. A mixed questionnaire with closed and open and semi-structured interviews, conducted as a supplement to teachers and school management issues will be used. Also observation s in the context of school behavior and attitudes of the students during school religious teaching will take place. The methodology is an approach to qualitative nature and descriptive in nature, based on field research. Content analysis will guide the process of interpreting the answer to open questions. Closed question s are subjected to simple statistical analysis, which enable us to construct graphs. The data analyzed in the study will result in the construction of the Product: A Manual for Religious Education for the formation of ethical and social values.

Keywords: Identity and social religious practices, Religious Education. Values. Ethic straining.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 08 |
| 1 A CRISE DE TRANSMISSÃO DE VALORES NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE | 00 |
| 1.1 Família: vivência e transmissão de valores..... | 10 |
| 1.2A crise dos valores cristãos numa sociedade secularizada..... | 17 |
| 1.3 Novos valores para uma nova sociedade..... | 22 |
| 2 A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE A INFLUÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA VIVÊNCIA DOS VALORES | 28 |
| 2.1 A percepção dos valores por parte dos adolescentes..... | 28 |
| 2.2A importância do Ensino Religioso para os adolescentes..... | 33 |
| 2.3 O Ensino Religioso e sua influência na vivência dos valores dos adolescentes de Boa Vista..... | 36 |
| 3 METODOLOGIA | 47 |
| 4 ANÁLISE DO PAPEL DO ENSINO RELIGIOSO NA FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL DOS ADOLESCENTES | 49 |
| 4.1 Análise quantitativa dos dados da pesquisa..... | 49 |
| 4.2 Análise qualitativa dos dados da pesquisa de campo..... | 60 |
| 4.3 O Ensino Religioso e sua influência na formação social dos adolescentes..... | 71 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| REFERÊNCIAS | 75 |
| APÊNDICES | 77 |

INTRODUÇÃO

O objetivo maior desse estudo foi compreender como o ensino religioso pode influenciar na formação ética e social dos adolescentes no contexto escolar. Nesse sentido preocupou-se em investigar de que forma o ensino religioso é capaz de influenciar positivamente na formação ética e social dos adolescentes, uma vez que o mundo está passando por uma crise na transmissão de valores na sociedade atual. Evidenciando o papel da escola para a construção de valores éticos e sociais na vida do adolescente na prática pedagógica, nas escolas públicas estaduais em Boa Vista-RR.

Nesse aspecto surgem interrogativas sobre a compreensão da crise da transmissão de valores na sociedade atual e também sobre a percepção dos alunos sobre a influência da disciplina do Ensino Religioso na vivência dos seus valores, além de buscar analisar o papel do Ensino Religioso na formação Ética e Social dos adolescentes.

Para tanto, os estudos bibliográficos servirão como suporte de compreensão do processo histórico do ensino religioso e dos aspectos que envolvem a construção de valores na sociedade ontem e hoje.

Quanto à perspectiva metodológica esta será intermediada pela pesquisa qualitativa, por meio de técnicas como a observação e a entrevista. Para isso, o objeto de estudo buscará uma escola para situar a pesquisa de campo, da rede estadual para a coleta de dados.

Neste sentido, justifica-se a temática deste estudo que prima por favorecer o processo de ensino e aprendizagem no ensino religioso, observando aspectos que ressaltam a importância da construção de valores na sociedade e mais ainda dentro da escola.

Para isso, no Capítulo I veremos, ainda que sumariamente, as características da mudança de valores na família; no Capítulo II analisaremos a crise de valores cristãos; no Capítulo III, os valores observados na sociedade atual e as perspectivas para o futuro.

1 CRISE DE TRANSMISSÃO DE VALORES NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE

Atualmente o processo de globalização econômica, o individualismo e o relativismo, o rápido avanço tecnológico, são respaldos que influenciam a crise de valores por parte da sociedade.

Infelizmente já não existem mais como antigamente critérios seguros para distinção do bem e do mal, do justo e do injusto, entre outras categorias morais e pessoais, imperando, pois, a subjetividade e o relativismo.

De uma forma mais radical, alguns vão mais longe e afirmam mesmo que já não existem mais valores antigos, tudo advém de circunstâncias. O que era antes intemporal e inalterável é agora volátil ou inconsistente, e já não se acredita mais em valores.

No entanto, existem múltiplos valores que permeiam a vida na sociedade e embora seja necessário e fundamental considerar os valores importantes para os indivíduos e para a comunidade, existem aqueles nos quais não se deve interferir: os individuais, os familiares, culturais e religiosos.

No que concerne aos valores religiosos Gaarder et al.. assim se exprimem:

O respeito pela vida religiosa dos outros, por suas opiniões e seus pontos de vista, é um pré-requisito para a coexistência humana. Isso não significa que devemos aceitar tudo como igualmente correto, mas que cada um tem o direito de ser respeitado em seus pontos de vista, desde que estes não violem os direitos humanos básicos (2006, p. 17).

1.1 Família: vivência e transmissão de valores

A sociedade atual em pleno século XXI considera que existe uma crise de valores, ou pelo menos a falência dos tradicionais. Mas há de se observar que esta crise de valores não está acontecendo agora, pois, ela sempre existiu, se analisarmos sob uma perspectiva geográfica mais de perto.

A família, segundo Beltrão (1989, p.17) vem sendo considerada como um: *“grupo social no qual os membros coabitam unidos por uma complexidade muito ampla de relações interpessoais, com uma residência comum, colaboração econômica e no âmbito deste grupo existe a função da reprodução”*.

Observando alguns aspectos sobre a família, há de se compreender que esta é considerada como sendo o primeiro grupo humano organizado como unidade base da sociedade.

Entre os séculos XIX e XX, era natural falar sobre crises na família, contudo, no início da década de 90 surgiram novas ideias relacionadas à concepção da família atual.

Esta nova concepção trouxe novos modelos de convivência familiar, apontando para uma nova configuração de relação entre seus membros. Hoje a tendência é trabalhar as relações de convivência, os sentimentos, as representações sobre casais e filhos em situação de igualdade (SINGLY, 2000).

Por isso, é dada grande importância, tanto no passado quanto no presente, à família e às mudanças que a têm caracterizado na sua estrutura, nas relações dentro e fora dela, com influências recíprocas na mudança (ANSHEN, 1967).

Com essa visão de família, procurou-se encontrar explicações para as novas concepções do grupo familiar (ARDIGÓ, 1976), atribuindo-as às mudanças sociais.

Estudos foram sendo realizados para entender melhor as mudanças na sociedade e alguns destes estudos identificam que as principais causas para a crise de valores são:

- 1) A desvalorização da tradição;
- 2) A crise na instituição familiar;
- 3) A crise em suas relações;
- 4) A crise, do próprio modelo de família, primeira fonte de transmissão de valores.

É válido afirmar que a evolução e a mudança que caracterizaram de modo significativo o mundo atual não excluem a família (MOORE, 1967, p.2).

Embora considerada uma das instituições mais persistentes no tempo, a mudança social reflete-se amplamente na família, arrastando-a desde os processos da industrialização e urbanização (SARACENO, 1976) para novas realidades, às quais tem procurado adaptar-se.

No entanto, dada a visibilidade que a família assume na sociedade, também esta sociedade procura ajustar as instituições às exigências e às necessidades da família.

Nesse sentido, as crises existentes na família em meio a estas condições não sofrem influências apenas unidirecionais, mas sim numa linha de ida e volta, entre a família e a sociedade.

Por isso, é importante se observar alguns conceitos relacionados à família que em sua grande parte acreditam que as famílias são grupos que se organizam mediante vínculos afetivos e emocionais, e que também possuem algumas funções e traçam objetivos que devem alcançar.

Para Wallon, a forma como os seus membros relacionam-se entre si “*notificam a cada um o seu papel ou o seu lugar dentro do conjunto*” (Wallon, 1975, p.167). É possível observar nas relações familiares “*variações que se produzem sob os nossos olhos, devido a condições que são próprias dos diversos meios ou em relação às diversas ideologias*” (p.168).

A família é um fator primordial e por isso é merecida a centralização voltada para a mesma no contexto social.

Moreno e Cubero (1990) fazem uma análise das experiências educativas que os pais oferecem aos seus filhos e as práticas de criação.

Segundo eles, as estratégias educativas colocadas em prática, diferem de uma família para outra, divergindo quanto ao grau de controle que os pais exercem sobre o comportamento dos filhos, na capacidade de se estabelecer em um ambiente comunicativo, quanto ao grau de maturidade que exigem dos filhos e ao afeto expresso na relação.

Diante dessas mutações da sociedade Minuchin (1982, p. 52) refere que:

A família sempre tem passado por mudanças que correspondem às mudanças da sociedade. Tem assumido ou renunciado a função de proteção e socialização de seus membros em resposta às necessidades da cultura. Neste sentido, as funções da família atendem a dois diferentes objetivos. Um é interno – a proteção psicossocial dos seus membros, o outro é externo – a acomodação a uma cultura e transmissão dessa cultura.

Pela existência dessas mudanças históricas e naturais da família existem hoje várias propostas claras e objetivas, que procuram dar à sociedade instrumentos que são pertinentes para remover obstáculos, dificuldades institucionais que muitas vezes se opõem ao progresso, ao desenvolvimento e à realização plena e concreta da vida familiar.

A sociedade tem em sua formação a junção de várias famílias e por isso não pode ignorar a sua responsabilidade: a sociedade é a família e a família é a sociedade.

Por isso, é relevante perceber que a família exige e deve proporcionar aspectos que desenvolvam o dever e a obrigação que a sociedade precisa para construir seus valores.

Essas mudanças de certa forma foram gerando novas crises na sociedade.

Entre as transformações ocorridas nas famílias, Rizzini (2001), destaca alguns aspectos, entre eles estão:

a diminuição do número de membros das famílias, aumento das correntes migratórias rumo a melhores oportunidades de trabalho, na tentativa de escapar de guerras, conflitos civis e desastres, impossibilitando o reencontro com os familiares que ficaram, e ainda, os pais passam a sentir-se “deslocados ou fora de seus lugares, vulneráveis e impossibilitados de garantir a proteção e bem-estar do filho”; alterações devido a da violência, drogas, gangues nos bairros, diminuiu a mobilidade das crianças, e o seu espaço de autonomia, tanto no lar, quando fora dele; o trabalho dos pais gera menor tempo de convivência com os filhos; as unidades familiares estão mais individualizadas e nucleares o que modificou os padrões de dependência entre as gerações, separando-as de outros membros da família e de outras gerações; nas sociedades modernas há uma convivência mais diversificada - etnias, raças e religiões; a dinâmica dos papéis e das relações de gênero mudou; homens e mulheres estão se deparando cada vez mais com demandas de papéis e funções que eram antes claramente definidos como “dos pais” ou “das mães”. As mulheres tornam-se chefes de família, assumindo grande parte das responsabilidades familiares (2001, p.29).

São vários fatores que permeiam as crises na família e esta também influencia na sociedade de duas formas: no sentido finalístico e no sentido operativo.

A família influencia enquanto propõe objetivos e finalidades às várias instituições. A família interessa-se pelas escolhas específicas e inovadoras dos agentes institucionais que têm influência social em função do progresso, bem como da sua estabilidade, embora tendo em conta a ideologia presente nos diferentes contextos sociais.

Outro aspecto importante seria a questão da alimentação, ou seja, a harmonia familiar supõe uma alimentação suficiente e saudável, uma boa educação e uma moradia digna.

Suprindo essa carência a família começa a intervir na economia da sociedade, para que esta, através de uma aplicação correta das suas riquezas, satisfaça com orçamentos capazes às suas necessidades e possa servir o seu desenvolvimento e promoção econômica, numa linha mais justa, mais igualitária e mais humana.

Estas são de certa forma a lógica das crises existentes, pois, em sua grande parte essa harmonia na família não acontece. Isso ocorre porque não são definidos os papéis dos indivíduos na família e surge desta forma a necessidade de inúmeras negociações. Melo e Campos (2004, p. 61) esclarecem que:

As rupturas das tradições provavelmente propiciam uma quebra nas relações vinculares. Por isso representam um desarrumo no percurso do ritmo familiar, o que transforma os laços em desenlaço, e a ordem de desconcerto, criando-se assim vivências de transgressões. Em decorrência, abrem espaço para a violação dos direitos e deveres individuais e coletivos.

De acordo com Kaloustian (1988), a família é indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos, independentemente da estrutura familiar ou da forma como vêm se estruturando.

É a família que propicia a construção dos laços afetivos e a satisfação das necessidades no desenvolvimento dos filhos. Ela desempenha um papel decisivo na socialização e educação.

É na família que são gerados os primeiros saberes, e onde se aprofundam as alianças do ser solidário. Segundo Gokhale(1980) a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação bem sucedida da criança vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo escolar.

Quando verificamos as múltiplas crises na família, também notamos as inúmeras dificuldades e problemas sociais que acabam surgindo, pois a família tem sido, e será, a matriz mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

Romanelli (2006) destaca que a família, como grupo social, é parte constitutiva da sociedade, sendo que assume papel relevante na transmissão de valores, normas e modelos de conduta, o que viabilizará seus membros a se tornarem sujeitos de direitos no universo doméstico e público.

É notório o papel da família para que ocorra a mudança que é importante, na defesa dos valores que lhe são peculiares. Por isso, percebe-se que hoje, a família e a escola têm adquirido novos desafios devido às transformações na sociedade no decorrer da história.

Esses desafios vão sendo cumulativos com a diversidade de tarefas e atribuições do homem contemporâneo:

O alongamento da jornada de trabalho, devido tanto à necessidade de trabalhar mais para aumentar o rendimento familiar quanto ao crescimento das cidades, diminuiu consideravelmente o tempo que os pais dispunham para compartilhar com os filhos. Mas a criança carece de muito afeto e de uma troca com os adultos que vá além da satisfação das suas necessidades fisiológicas. A diminuição desse afeto, dessa troca, empobrece consideravelmente a criança e limita suas possibilidades de amadurecimento. Paradoxalmente, para poder satisfazer as necessidades fisiológicas e materiais dos filhos, os pais precisaram trabalhar cada vez mais, reduzindo com isto o tempo de contato direto com eles (SUKIENNIK, 1996, p. 50).

São vários fatores que contribuem para a crise de valores, mas, se pensarmos por outro lado, é fundamental que exista uma atuação de leis e que prescrições sociais determinem perspectivas que tornem a instituição atual mais válida e capaz de se colocar em condições de desempenhar a finalidade natural e sociocultural, realizando os seus objetivos e prestando um bom serviço à família.

Por isso, se torna relevante que a sociedade planeje e programe projetos urbanísticos, relacionados com habitações e casas que sirvam à família e sejam construídas de modo a responderem às condições e exigências de uma boa convivência familiar. Todos esses aspectos fazem valer a harmonia na sociedade e minimiza as crises na família. Minuchin (1982, p.64) refere que a:

Família é sujeita à pressão interna, que provém de mudanças evolutivas nos seus próprios membros e subsistemas, e à pressão exterior, proveniente das exigências para se acomodar às instituições sociais significativas, que têm um impacto sobre os membros familiares.

No contexto histórico, a família vive momentos de mudanças da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial, e com isso a imagem da família com essa passagem passa a ser profundamente mudada.

Em todas as culturas, a constituição de *“uma família foi vista como uma realidade importante, não só no plano individual, mas também no plano social. Daqui deriva uma presença constante de certas experiências antes que nasça a nova família”* (BELTRÃO, 1989, p.17).

Com o tempo, já na sociedade pré-moderna, a família aparecia finalizada para atingir os seguintes objetivos: definição do estatuto social das pessoas, procriação legitimada e socialmente reconhecida por uma relação sexual estável. Os valores se diferenciam em cada momento histórico e modificam a família e conseqüentemente a sociedade.

Gomes e Pereira (2005, p.4) afirmam que a situação de vulnerabilidade social da família, *“é o fator que tem mais contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente de forma vil nos mais vulneráveis desse grupo: os filhos, vítimas da injustiça social, se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais”*.

Assim, observa-se que outros fatores que incidem sobre as crises na família são: o aumento de divórcios, separações, violência doméstica, pressões econômicas e *stress* social das famílias que podem prejudicar também a transmissão de valores seguros aos filhos.

São vários momentos vividos em cada contexto histórico e a família vai de certa forma sofrendo mutações em conseqüências de modificações de ordem material, nos aspectos tecnológico e científico, e as sucessivas mutações econômicas podem conduzir ao distanciamento cada vez maior da sociedade moderna face aos valores tradicionais.

Essas evoluções vão permeando os valores e costumes da família e aquilo que antes era considerado bom costume vai ganhando menor peso dentro da nova cultura popular na sociedade moderna, e isto passa a ser visível na descrença nos valores absolutos e na moral social, substituída pela moral autônoma e pelo relativismo.

A família então caminha para valores individualistas, onde se concebe uma sociedade mais aberta e plural, mais intercultural, assumindo melhor as diferenças, mas também se tornando mais insegura, violenta, tendendo para a repressão e até para um individualismo egoísta e esvaziado de valores de relações interpessoais.

Para Knobel, psiquiatra e psicanalista:

A família é um grupo primário e natural de nossa sociedade, nos quais o ser humano vive e consegue se desenvolver. Na interação familiar, que é previa e social (porém determinada pelo meio ambiente), configura-se bem precocemente a personalidade, determinando-se aí as características sociais, éticas, morais e cívicas dos integrantes da comunidade adulta. Por isso, muitos fenômenos sociais podem ser compreendidos analisando as características da família. Muitas das reações individuais que determinam modelos de relacionamentos também podem ser esclarecidos e explicados, de acordo com a configuração familiar do sujeito e da sociedade da qual faz parte. (KNOBEL,1992, p. 19).

Alguns analistas acreditam que não existe crise, antes abertura; há estudiosos que afirmam que a maior crise é a incapacidade humana de enfrentar o problema da crise de valores, pois subsiste a ideia de que nas democracias não há valores impessoais ou supra pessoais, parecendo que cada um escolhe os seus.

Alguns autores sugerem que a crise não será apenas de valores, mas, também de referências estáveis e sólidas.

A família é a base da sociedade e jamais devemos esquecer que o lar é o autêntico formador de indivíduos. Por isso, é notório observar que as crianças aprendem em processo contínuo por meio dos pais que são suas referências. De modo geral, as crianças observam e tendem a copiar o comportamento dos pais no ambiente familiar. E desta forma a educação espontânea nasce no seio familiar e nela são agregados os valores que são transmitidos desde o nascimento e durante a sua vida.

A construção e existência de valores são essenciais e podem ser observadas quando os valores prioritários são os valores ou bens materiais, como ocorre em amplos setores da sociedade atual, ou quando os valores se confundem com os desejos ou as apetências de um ser humano, como também acontece, que a descoberta de verdadeiros valores humanos tem uma grande importância para a motivação da vontade humana.

1.2 A crise de valores cristãos numa sociedade secularizada

Para compreender melhor a crise dos valores cristãos é preciso compreender o significado de algumas palavras. O termo *secularização* significa, entre outras acepções, a afirmação da *autonomia das realidades terrestres* que podem explicar-se por si mesmas sem recorrer à ideia ou à noção de Deus

Já o termo *secularismo*, transforma o que fora a aplicação do que a própria revelação cristã nos ensina a partir do princípio fundamental da *criação* que assinala a linha de demarcação entre o *sagrado* e o *profano*.

O secularismo transforma esta *secularização legítima e necessária cultural e teologicamente*, numa pretensão ideológica de retirar o direito de cidadania e de expressão pública ao âmbito da experiência religiosa em geral e da fé cristã em particular. Os valores no mundo atual sofreu inúmeras mutações e como afirma Berger,

o homem assim como os outros mamíferos, está em um mundo que precede o seu aparecimento. Mas à diferença dos outros mamíferos, este mundo não é simplesmente dado, pré-fabricado para ele. O homem precisa fazer um mundo para si (BERGER, 2004, p.18).

De acordo com Berger, toda sociedade é um empreendimento de construção do mundo. Os valores cristãos ocupam um lugar de destaque nesse empreendimento. Existe uma enorme relação entre a construção humana e a religiosa.

A sociedade é produto humano, e ela existe antes do sujeito, logo continuará existindo. O sujeito também depende da sociedade. Ele a percebe é conquistado e a interioriza, transformando-a ou não. Sendo a sociedade um produto da atividade humana, ela mesma dirige, controla e pune o sujeito (BERGER, 2004, p.15).

Um fato relevante encontra-se nos legados de Durkheim que considerava que os valores míticos e religiosos os quais funcionaram como crenças nas sociedades tradicionais, serviram apenas para exercer o controle e a coesão sociais, e para inspirar as avaliações e as motivações das pessoas.

Os valores na secularização são outros e Rivera destaca que estes parecem ter transformado o lugar da religião na sociedade à medida que a Pós-modernidade oferece aos sujeitos várias possibilidades e opções religiosas, e com isso afirma que:

Isso enfraquece o processo de transmissão da tradição religiosa gerando declínio das instituições e crise nos compromissos religiosos. No caso da juventude, o efeito da secularização nos parece mais em evidência pela facilidade dos jovens em questionar e buscar novas possibilidades. Em consequência, a religião da juventude deixou de ser institucional para ser pessoal. O jovem pós-moderno não se vê obrigado a continuar no mesmo percurso religioso dos pais, pois se percebe autônomo na configuração de sua forma de crer não vendo necessidade de estar preso a determinações e convenções religiosas tão comuns nas religiões herdadas. (RIVERA, 2002, p. 104).

Outros fatores relevantes nas sociedades modernas são destacados por Durkheim, o qual diz que existe uma erosão dos valores, graças ao aumento do individualismo e à desintegração das ligações sociais originadas pelo desenvolvimento da divisão do trabalho.

Para Durkheim, os valores cristãos, são base de toda sociedade, pois, possibilita uma reflexão do ser humano para além de si mesmo; seu principal valor reside em conferir regularidade à sociedade, sem a qual a existência social está destinada ao fim (DURKHEIM, 1989, p. 496).

Mas como não pensar em valores cristãos sem antes observar a valorização da estrutura familiar, onde estão as bases de uma sociedade, já que toda a experiência humana começa a partir dela. No contexto histórico, a família sofreu mudanças ao longo do tempo e, especialmente nos tempos modernos, sofre duras penas para adaptar-se àquilo que vem sendo proposto. (PETRINI, 2005).

Querendo ou não, os valores cristãos quando em crise interferem nos valores da família que, segundo Petrini, com a crise dos valores cristãos na sociedade atual aumentam também as separações e os divórcios.

Os jovens casam mais tarde, em comparação há duas décadas, diminui também significativamente o número dos casamentos, aumenta o número de famílias reconstituídas, as uniões de fato, as famílias mono parentais e as chefiadas por mulheres (BERQUÓ, 1998).

E um dos grandes entraves da crise de valores cristãos está no distanciamento familiar com o qual as tarefas educativas e de socialização são cada vez mais compartilhadas com outras agências, públicas ou privadas (GOLDANI, 1994). As mudanças são de tal relevância que influenciam as famílias de modo geral e estas parecem ficar comprimidas e reduzidas.

Há uma infinidade de valores cristãos, variando estes conforme as sociedades e as culturas, e também conforme as épocas históricas; por isso se fala da relatividade histórica dos valores. Por isso, a pluralidade dos valores é acompanhada também da existência de sistemas de valores relativamente abertos.

Esses valores podem sempre vir a integrar um sistema (moral, político, cultural ou religioso), desde que seja assegurada uma coerência mínima entre os valores de um mesmo sistema, desta forma:

sabe-se que o sujeito é dotado de liberdade e de todas as faculdades que lhe permitem atribuir, assimilar e vivenciar os valores incorporados ao longo de sua existência. Logo, ele não vive isolado, está inserido em comunidade onde esses valores são admitidos e reconhecidos como tais. Trata-se, portanto, de bens culturais que, em comunidade, o ser humano adquire e produz (VELOSO, 2000, p. 87).

Sem sombra de dúvida os valores sofrem alterações no contexto histórico e com base nos valores cristãos.

Vidal explica que *“a moral cristã é um projeto de realização autêntica e libertadora para a história humana; a forma de assumir o humano no projeto da ética cristã tem de estar condicionada pela estrutura secular de realidade intramundana”*. (VIDAL, 2007, p.6)

Assim, compreendendo o argumento de Vidal, o cristianismo se insere socialmente na realidade secular dos homens para tentar conduzi-los, em todos os momentos, a escolherem e a optarem por fundamentos morais e éticos que alcancem o bem comum.

Os valores dessa forma tentam ser um guia que objetiva melhorar o comportamento da sociedade de forma positiva.

O comportamento ético, os valores constituem parte da cultura, ou seja, é o que solidifica os conceitos, impregnando-a de significado para esse ou aquele povo; entretanto, *“muitas vezes, transformam-se em normas de conduta que, assimiladas,*

valorizadas e colocadas em prática, encaminham o sujeito para a prática do bem comum e para a conquista do próprio bem-estar” (VELOSO, 2000, p. 87).

Por isso, evidenciam-se em nossa sociedade fatos que demonstram os valores cristãos sendo cada vez mais afastados da família por meio de profundas mudanças de mentalidades, mesmo sendo um paradoxo, uma vez que 80% da população se identifique como sendo cristã. Por isso:

Na tradição cristã, crer e aprender, fé e educação têm uma estreita ligação. O Deus que é garantia e o doador da fé do povo também é o Deus que lhe ensina a caminhar e perseverar nos caminhos da justiça. Jesus, o mestre de Nazaré, vocaciona os discípulos para lhe seguirem e lhes ensina, em separado ou junto com outros grupos ou multidões, através de palavras e ações, o que significa viver a Boa-Nova (STRECK, 2005, p. 21).

Mas as crises são deveras evidentes e é neste sentido que pode dizer-se que os valores cristãos estão em crise constante. Em todo ocaso, e me precavendo contra outras interpretações, gostaria nesta reflexão de entender esta *agonia* como um momento de urgência para medidas que venham

Com essa nova visão é preciso valores como:

A solidariedade, a autonomia, o coletivismo, o diálogo como pedagogia, o respeito às diferenças, a valorização do saber popular, a democracia e a ética, o repúdio a todas as ditaduras e a construção da utopia possível, entre outros, sustentáculo das propostas político-pedagógico-freirianas que são paradigmas fundamentais da edificação de uma sociedade menos desigual, menos injusta e, essencialmente, mais humana (STRECK, 2005, p. 50).

Precisamos observar como a sociedade faz opção por certos valores, ou seja, o que significa escolher, entre os melhores, aqueles que mais convenham, numa família concreta com as suas circunstâncias atuais, para o desenvolvimento pessoal de cada membro e para a melhoria familiar.

A sociedade atual vive submersa por influências de valores que a rodeiam e comprometer-se com uns valores e organizar a vida familiar em função deles supõe tê-los interiorizado profundamente. A família é o espelho que reflete aos próprios membros internos os valores a serem seguidos, isto é, os pais demonstram o modelo a ser seguido pelos filhos e assim sucessivamente.

É bom ressaltar que esses valores, vividos pelos pais com naturalidade e com graça, com bom humor, como sorrir naturalmente, serão atrativos para os filhos e

automaticamente contagiante. A família, sob esta perspectiva, aparece-nos como um modelo vivo de valores. Os pais vivenciando os valores perante a família deixará de gerar crises de valores para os filhos e estes passaram a integrá-los em seu contexto naturalmente.

Os valores são construídos na família e estes estarão presentes na conduta dos filhos, quando os pais, além de os viverem e de os fomentarem, promovem e mantêm vigentes algumas normas e costumes familiares que mostram a presença viva destes valores no seio familiar.

Outro foco a ser abordado como relevante seria compreender como acontece a construção desses mesmos valores em famílias cristãs que não são só valores naturais, mas considerados por eles também valores sobrenaturais.

Com esse olhar individualista, o indivíduo, estando ou não dentro de uma família cristã precisamente, vê os valores se inverterem.

Por isso, é importante que os pais se preparem para serem essa referência aos filhos – através do seu comportamento – que lhes sirva de orientação. No entanto, temos como prevenção a imagem dos pais, que, sendo respalda por valores, terá a finalidade de orientar e guiar o caminho dos filhos.

A sociedade secularizada, com valores cristãos bem fundamentados na família, terá menos complicações em seu quadro de referência para a vida do indivíduo, sendo fundamental a vivência de um mínimo de normas e costumes apreendidos, como parte importante do seu ambiente familiar acolhedor desde a primeira infância.

Mas quando se fala em crise, nos vêm em primeira instância outros aspectos relacionados a razões, especialmente econômicas e financeiras, que de certa forma está presente em todas as épocas.

No entanto, existe uma *crise* muito mais profunda, que tem a ver com o sentido do homem no mundo e que podemos dizer que acompanha todo o arco da cultura moderna até aos nossos dias. As crises sempre existiram e sempre foi complexo identificar suas causas. Mas existem certas explicações que norteiam a explicação deste fenômeno.

Diversamente, existe uma outra definição para as crises de valores, relacionada com a crise antropológica, que estaria situada no campo das chamadas ciências humanas, mais precisamente a psicanálise e estruturalismo.

De acordo com o estudos de S. Freud, as ciências humanas contribuíram para o desaparecimento do *homem* e para a sua *desresponsabilização*, pois elas deram sucessivas beliscaduras no narcisismo do homem moderno: a *cosmologia* mostrou a condição periférica do homem a respeito do universo; a *biologia* destronou o homem de ser coroa da criação e ponto mais avançado da evolução da vida; a *sociologia* mostrou que o homem é o resultado das condições sociais, um seu produto quase residual; a *psicanálise* demonstrou que o homem é um ser que não é senhor de si, mas movido por pulsões inconscientes que não consegue controlar.

Esses estudos por áreas diferenciadas nos permite entender que as crises sempre foram complexas de se explicar e mais ainda de se compreender.

Por isso, não é fácil estudá-las e muito menos buscar soluções que melhorem a convivência e construção de novos valores na sociedade.

1.3 Novos valores para uma nova sociedade

As crises de valores já destacam a necessidade de se pensar na construção de novos valores para uma sociedade que vive a falência dos valores tradicionais.

Mas, no decorrer dos anos, há de se destacar que esta consciência de crise de valores sempre existiu, mesmo numa perspectiva geográfica mais restrita e sem as dimensões de generalização como sucede hoje.

Sobre isso, Petrini ainda afirma que,

A sociedade moderna entra em crise por uma carência da razão, usada segundo o paradigma iluminista, que não é mais capaz de dar conta de todos os fatores da realidade, de orientar suas conquistas para responder às exigências humanas. Com efeito, a razão não mais compara seus produtos com as exigências elementares do ser humano, com as exigências de liberdade, justiça, verdade, felicidade, e sim com as exigências do mercado, isto é, do lucro e do poder. (PETRINI, 2005, p.23).

Os motivos para se pensar em novos valores estão associados a vários aspectos, entre eles: a globalização econômica e o neoliberalismo, o individualismo

e o relativismo, ao par do progresso tecnológico, que aceleraram a tomada de consciência de crise de valores por parte da sociedade.

Ao pensar no momento atual que vivemos, podemos nos reportar na história a vários fatos que demonstraram as crises de valores na sociedade. Um destes foi o Edito de Milão, que foi quando o cristianismo continuou a crescer e a se inserir na sociedade com seus princípios éticos e morais ao longo dos séculos.

Aquino explica que:

Na Idade Média foi formada uma comunidade política sobre a unidade religiosa e sobre a fortíssima união entre a autoridade civil e religiosa, entendida e aceita como a vontade de Deus, com o mesmo fim: o bem do homem neste mundo e na eternidade (AQUINO, 2009, p.27).

Neste período, o Estado e a Igreja desempenhavam o papel de condutores da sociedade. Os valores estavam em crise, mas, de acordo com o movimento iluminista, novos ideais vêm assumir outra posição de extrema relevância, traçando uma ruptura para com essa antiga sociedade, conforme explica Zilles, ao tratar sobre o iluminismo:

Caracteriza-se por uma confiança quase ilimitada na razão humana e no seu poder ilimitado para libertar o pensamento de todo tipo de preconceitos. Crê-se que somente a razão é capaz de dissipar as trevas da ignorância e do mistério, combater o despotismo e a superstição religiosa e conquistar dias melhores para a humanidade. (ZILLES, 2008, p.4).

E foi com este processo de racionalização, promovido pelo movimento iluminista, que se intensificaram os valores iluministas na sociedade com seu auge no século seguinte, onde acontecem grandes descobertas e inovações científicas.

Petrini escreve que,

Basta pensar na abertura do Canal de Suez e na construção da Torre Eiffel, como símbolos de uma época que apostava tudo no poder da racionalidade, aplicada à solução de problemas práticos e técnicos, para melhorar as condições materiais da existência. (PETRINI, 2005, p.21).

Desta forma, a razão evoluiu e o homem conseguiu mostrar sua grande capacidade intelectual e científica, realizando grandes descobertas até os dias de hoje.

Porém, a ciência e a razão, mesmo com todo seu crescimento, ainda não conseguiram responder todas as perguntas e muito menos resolver todos os problemas existenciais da humanidade.

Sella afirma que

A Revolução Francesa, século XVIII, levantou a bandeira da modernidade com três grandes objetivos: liberdade, fraternidade e igualdade. (...) A Revolução industrial do século XIX reivindicou a igualdade da produção e do consumo, e a Revolução tecnológica do século XX levantou a questão dos serviços sociais e dos bens essenciais para atender as necessidades fundamentais da humanidade. (...) Hoje, fazendo uma avaliação histórica, podemos declarar que a modernidade alcançou amplamente o primeiro objetivo quanto à liberdade, porém uma liberdade individual. Ainda mais, radicalizou este tipo de liberdade até o ponto de perder o horizonte ético e social. (SELLA, 2003, p.27).

A sociedade atual está em conflito consigo mesma e já existem estudiosos que afirmam que já não existem mesmo critérios seguros para distinção do bem e do mal, do justo e do injusto, entre outras categorias morais e pessoais, imperando, pois, a subjetividade e o relativismo. Já outros de forma mais radical vão mais longe e afirmam mesmo que já não existem sequer valores, tudo é circunstancial.

Os efeitos da Pós-modernidade vêm sendo fortalecidos nas últimas décadas o que possibilita a fragmentação das identidades dos indivíduos. Por isso urge a construção de novos valores.

Com isso, os valores, estilos de vida, novas condutas morais e relações particulares de viver, acabam se articulando ao contexto social da sociedade e os indivíduos passam a adotar identidades múltiplas, identidades fragilizadas e superficiais, que reforçam as crises constantes.

Neste sentido, Souza afirma que,

[...] os ritos de passagens não se configuram mais como possibilidade para qualquer definição de juventude. Num contexto cultural, marcado por diferentes pertencimentos, interações planetárias, explosão de oportunidades para a experiência individual, as fronteiras entre juventude e maturidade evaporam-se. (SOUZA, 2004, p. 51).

As afirmações de Souza nos remetem à reflexão para o comparativo da sociedade tradicional com a sociedade atual que já não é suficiente para definir ou caracterizar os valores pertinentes dentro do meio social. Parece que não existe mais definições de elementos norteadores para a construção de uma identidade; vivemos em uma sociedade marcada pelas incertezas e dúvidas.

Os valores que antes não dependiam do tempo agora muda constantemente e não tem consistência alguma, sendo voláteis e relativos.

Entre as principais causas para a crise de valores estão: a desvalorização da tradição, menosprezando os valores antigos; a crise na instituição familiar, o aumento de divórcios, separações, violência doméstica, pressões econômicas e *stress* social das famílias; modificações de ordem material, nos aspectos tecnológico e científico, e as sucessivas mutações econômicas; menor peso dos bons costumes e da cultura popular na sociedade moderna.

Mas, pensar em valores nos remete há várias concepções e de acordo com André Lalande (1999), no seu vocabulário técnico e crítico da Filosofia, ele conceitua valores como sendo:

- a) característica das coisas que consiste em serem elas mais ou menos estimadas ou desejadas por um sujeito ou, mais comumente, por um grupo de sujeitos determinados. Este é um significado subjetivo.
- b) Característica das coisas que consiste em merecerem elas maior ou menor estima. Este é um significado objetivo.
- c) Característica das coisas que consiste em elas satisfazerem um certo fim. Trata-se do caráter objetivo/hipotético.
- d) Característica de coisas que consiste no fato de, em determinado grupo social e em determinado momento, serem trocadas por uma quantidade determinada de uma mercadoria tomada como unidade.
- e) Preço que se estima do ponto de vista normativo deva ser pago por um determinado objeto ou serviço (justo valor).
- f) A significação não só literal, mas efetiva e implícita que possuem uma palavra ou expressão (LALANDE, 1999, verbete 'valores').

Os valores mudam de acordo com as transformações no mundo e podemos dizer que as transformações familiares ocorrem por vários problemas que não podemos evitar, pois, são espontâneas.

De acordo com Eizirik (2001, p. 63), em seu artigo sobre o ciclo vital da família:

[...] das pesquisas sobre a associação das transições familiares com mudanças no comportamento das crianças, uma lição geral sobressai: existe cada vez mais evidência para a hipótese de que muitos efeitos das transições familiares, pobreza, problemas sociais e outros fatores de risco para as crianças são provavelmente mediados pelos processos mais íntimos das relações emocionais dentro das famílias, principalmente entre pais e filhos”. Enquanto todas as famílias passam por situações de estresse como doenças, divórcio, crises econômicas e acidentais, algumas delas saem relativamente ilesas, ao passo que outras desorganizam-se gravemente. Quando as questões básicas de sobrevivência não estão garantidas, como mostrou um estudo clássico no Havaí (Walsh, 1996) que acompanhou ao longo de 20 anos a evolução de todas as crianças de um bairro extremamente pobre, constata-se que apenas 25% delas não repetiram o ciclo tradicional da pobreza caracterizado pela delinquência, marginalidade, gravidez precoce, alcoolismo e doença mental. Para entender isso, tem-se utilizado o conceito de resiliência familiar, que é um termo emprestado da Física e que significa a capacidade de um material voltar ao estado inicial depois de sofrer pressões ou deformações (por exemplo, uma mola tem alta resiliência; a argila, pouca). Parece que as famílias com mais resiliência, que enfrentam melhor as dificuldades da vida, conseguem manter um equilíbrio dinâmico entre dois grupos de características psicológicas complementares. O primeiro é formado por valores auto afirmativos que incluem iniciativa, independência, criatividade, humor e flexibilidade. O segundo engloba as necessidades integradoras tais como: visão de mundo compartilhada, cooperação, altruísmo, e espiritualidade. Além disso, os indivíduos que escaparam do ciclo da pobreza atribuíam sempre seu destino a uma mão amiga estendida por alguém.

As mudanças ocorrem em meio às transições sociais e hoje há de compreender que a sociedade tornou-se mais aberta e plural, mais intercultural, assumindo melhor as diferenças.

No entanto, tornou-se mais insegura, violenta, tendendo para a repressão e até para um individualismo que ignora os valores de relações.

Por isso, é importante se pensar sobre a inclusão de novos valores em decorrência dessa dinâmica que caracteriza as mudanças sofridas na sociedade.

Para tanto são necessários a compreensão e o entendimento das mudanças produzidas na família, para que posteriormente possa se analisar e realizar propostas de valores que solucionem as crises existentes.

Um dos aspectos mais relevantes, que caracterizam o período conhecido como pós-moderno, tem sido a fragmentação das identidades dos indivíduos. Desta forma criam-se grupos, criam estilos próprios, se posicionam do modo contrário que é considerado normal.

Com este raciocínio, destaca-se a afirmação de Souza:

O século XX termina apontando para um futuro cuja única certeza que se tem é a da mudança. As tradicionais formas de ver o mundo foram desmontadas, e a racionalidade técnica do lugar dá outras formas de pensamento. Já não se trata mais de soluções acabadas, mas de inventar, em cada situação, novas possibilidades, em um mundo em transformação com idas e vindas, quebras e dobras, cortes e rupturas. Enfim, um tempo de grandes viradas. (SOUZA, 2004, p. 52).

Os valores que permeiam a sociedade acatam ainda conceitos de: instabilidade, separação, especialização exasperada dos deveres e dos fatores a eles ligados e a permissividade como consequência de uma concepção materialista que a sociedade lhe foi impondo (Leslie, 1967, p. 625).

De modo geral são esses valores que trazem problemas no equilíbrio geral da família e que a colocam numa crise de recuperação constante.

Segundo Novaes:

Nessa geração nada pode ser visto como muito estável, pois o que mais a caracteriza é a disponibilidade para a experimentação, o que ocorre também no campo religioso. São os jovens os que mais transitam entre vários pertencimentos em busca de vínculos sociais e espirituais. (NOVAES, 2006, p.271).

O que se deve compreender no que se refere às crises de valores é que as mesmas surgem por questões de interesses, opiniões políticas, religiosas, ideológicas e outras tantas mais geradas pelo individualismo.

E pensar em conter essas crises é totalmente equivocado, uma vez que é inerente à própria natureza humana. O que se pode pensar é a construção de propostas que viabilizem alternativas para que os conflitos possam ser amenizados saindo do modo individualista para o coletivo.

Para isso, os valores morais precisam ser trabalhados mais cuidadosamente em cada cultura de modo a dar seguridade e confiabilidade aos indivíduos para conduzir sua trajetória histórica.

2 A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE A INFLUÊNCIA DO ENSINO RELIGIOSO NA VIVÊNCIA DOS VALORES

Neste capítulo serão tratados os seguintes temas: 1) A percepção dos valores por parte dos adolescentes; 2) A importância do Ensino Religioso para os adolescentes; 3) O Ensino Religioso e sua influência na vivência dos valores dos adolescentes de Boa Vista (RR).

2.1 A percepção dos valores por parte dos adolescentes

Os adolescentes, enquanto sujeitos sociais, constituídos historicamente e culturalmente a partir da diversidade de condições sociais e com experiências próprias, constroem representações e significados que dão sentido ao mundo em que vivem. Esses meios em que estão inseridos são permeados por valores sociais e morais adquiridos por meio das relações sociais vivenciadas desde a mais tenra infância.

De acordo com a sociologia funcionalista, a juventude só se constitui como objeto de análise pela sua predisposição para a transgressão e a delinquência, definida assim pela sua condição etária. Dessa forma, os adolescentes merecem atenção quando representam uma ameaça à ordem social (ABRAMO, 1997). Assim há de se afirmar que é nessa fase da vida, que encerra em si certa instabilidade, e esteve associada - ao longo dos anos e da história dos estudos sociológicos - a determinados problemas sociais.

Em um breve contexto histórico, há de se analisar que, nos anos 60, os adolescentes eram protagonistas de uma crise de valores e críticas comportamentais, de escopo ético e cultural nos movimentos de contracultura; nos anos 70, os adolescentes encarnavam o cerne do problema do esgotamento do desenvolvimento industrial, com foco nos problemas de inserção profissional e na crise do emprego.

Já a década de 80 traz à tona questões diversas, mas que são decorrentes das situações sociais vivenciadas pelas gerações anteriores, assim, o foco das pesquisas sociais deste período volta-se para a escalada da violência adolescente e o problema das gangues (SPOSITO, 1997).

A percepção dos adolescentes, nesse clima da anomia, considera a adolescência uma categoria propícia para sinalizar os problemas da contemporaneidade, e se coloca no papel de prescrever medidas educativas e de controle.

Sobre isso se pronuncia H. Abramo:

É o caso das políticas públicas para juventude, nas quais se verifica que o foco – que está no atendimento aos jovens em situação de risco social, em programas de ressocialização e outros – trata o jovem, e o período da juventude, como um problema ao qual a sociedade deve dar uma resposta, atendendo a pressupostos da sociologia funcionalista, como já apresentado anteriormente. (ABRAMO, 1997, p.28).

A autora ainda acrescenta que por agirem de forma “imediatista e desarticulada”, tais políticas possuem pouca capacidade de gerar uma compreensão mais ampla e aprofundada, por parte desses agentes sociais, a respeito do público alvo, de suas características, suas questões e modos de experimentar e interpretar essas situações ‘problemáticas’ (ABRAMO, 1997 p. 27).

Essa análise já tinha sido feita pelo sociólogo Michel Foucault e segundo ele esse caráter de ordenamento acontece como um dispositivo intrínseco à racionalidade moderna, que busca, por meio de dispositivos científicos e de saber, produzir ordenamentos dos costumes e comportamentos sociais.

Para ele, esse ordenamento propõe uma cristalização social das idades da vida como elemento da consciência moderna e de um aparelho de poder renovado, fixado no Estado.

Assim, a definição das fases da vida atende mais a critérios administrativos do que culturais, já que é no final do século XIX que o Estado se constitui para as famílias das classes populares “*enquanto mediador dos dispositivos que lhe asseguram a reprodução social*” (PERALVA, 1997 p. 17).

A adolescência nesse sentido permeia essas fases da vida definidas como autônomas umas às outras, e que se constituem de forma interdependente e hierarquizada.

Hanna Arendt defende que essa relação entre passado e futuro, presente na lógica da passagem das fases da vida, é um dos fundamentos normativos da modernidade, para a qual o passado assume uma primazia na definição de um futuro possível (PERALVA, 1997).

Sobre essa temática assim afirmam A.T. Peralva e M.P. Sposito:

O velho se impõe sobre o novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também as relações entre adultos e jovens, definindo o lugar no mundo de cada idade da vida (PERALVA, 1997, p.18).

A sociologia veio também buscar compreender a percepção dos adolescentes e a partir dessa linha de pensamento, que tem a educação como elemento normatizador e conservador da ordem social, surge a Sociologia da Adolescência.

Essa nova área de estudos sociais se constituiu no âmbito de uma sociologia do desvio, a partir da noção durkheimiana de educação enquanto mecanismo de socialização e ordenamento social e moral, definidos *a priori*, propondo uma oposição estrutural intergeracional.

São interessantes esses aspectos que abordam a oposição entre norma e desvio que instituem o jovem como categoria central dos estudos de representações sociais, encarnando, nessa fase da vida humana, as situações que colocam em cheque o esgotamento da ordem industrial e em risco a continuidade do mundo social como o conhecemos (PERALVA, 1997).

As mudanças que acontecem rapidamente demonstram que essa percepção do adolescente é desenvolvida a partir do pressuposto de que há uma crescente consciência das identidades geracionais vinculadas ao movimento dinâmico e acelerado da modernidade. Essa consciência criaria uma tensão geracional que alteraria as relações entre as gerações, como compreendidas até então (PERALVA, 1997).

Essa tensão geracional agiria de modo contraditório sobre a consciência da identidade geracional, - sendo que as mesmas transformações sociais aceleradas

que criaram o fosso geracional que possibilitou a emergência dessa consciência, também impossibilita a cristalização dessas identidades.

Como afirma Peralva:

Assim, a cristalização geracional se dissolve pela dissolução da oposição entre o passado e o futuro. O futuro se torna presente e absorve o passado. O tempo linear aparentemente se esgota, cedendo lugar a um tempo funcionalmente diferenciado [...] (PERALVA, 1997, p. 21).

Essa transitoriedade das fases da vida ocorreria devido à dissolução das mesmas nas aceleradas mudanças sociais e culturais, como ocorre em nosso tempo. As alterações nas relações de trabalho e de escolarização, - assim como a alteração dos percursos de atividade produtiva e na expectativa de vida, que antes agiram na cristalização das idades da vida, - agora agiriam na diversificação e banalização de uma cronologia do percurso etário (PERALVA, 1997).

Mas, esse estudo do caráter de transitoriedade é uma atitude questionada pelo psicólogo e educador Juarez Dayrell (2003), que observa na proposta de transitoriedade dessa fase de vida uma negação do presente vivido pelo adolescente como espaço-tempo de formação, nos quais ele vivencia questões existenciais mais amplas que somente a da passagem para a vida adulta.

Para esse autor, o período da *“juventude enquanto parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos”*(DAYRELL, 2003, p.42).

É importante pontuar que esse “modelo ideal de juventude” caracterizado pela rebeldia, pelo idealismo, pela inovação e pela utopia é uma idealização construída por aqueles que se figuraram como adolescentes nas décadas de 1960 e 1970 e que marca uma afirmação dos elementos históricos que definiram a atuação dessas gerações em antagonismo com as características da juventude dos anos 1980, com traços de individualismo, consumismo e conservadorismo.

Estes jovens da década de 1980 foram considerados, por muitos pesquisadores sociais, jovens indiferentes à política e apáticos aos problemas sociais (ABRAMO, 1997).

Pensando em oposição a esse modelo de comportamento dos jovens, Dayrell (2003) afirma que a adolescência é uma categoria definida histórica e socialmente, portanto, não possui caráter universal, homogêneo ou estável, assim, mesmo que

considerado o recorte etário como delimitação inicial do que definimos como juventude brasileira, essa delimitação não pode ser considerada somente a partir de sua dimensão biológica, pois são diversos os fatores sociais que definem a entrada na vida adulta.

De acordo com Sposito (1997 p. 40),

pode-se considerar como etapas que marcam a entrada do jovem na vida adulta: a separação da família de origem, o início da vida profissional e a formação de um casal. Seguindo somente estes critérios, por certo, teríamos no Brasil, dois segmentos de jovens bastante distintos, o das classes populares, caracterizado pelo reino da necessidade e pelas condições precárias de sobrevivência familiar, que o impulsiona precocemente para o trabalho e a vida sexual/matrimonial; e o das classes médias e altas, caracterizado pela moratória social que retarda seu ingresso no mundo adulto, principalmente no mundo profissional.

Dessa forma, podemos afirmar que, a história da adolescência é um evento recente na história, e está intrinsecamente ligada a *cultura pop* e ao capitalismo de massa, compre

Alicerçadas sobre uma pretensa previsibilidade do tempo e do percurso devida, as fases da vida estariam sofrendo um processo de descronologização e desestandardização, no qual as referências cronológicas estariam sendo substituídas por referências funcionais fundadas no desempenho e nas capacidades do indivíduo, principalmente no que diz respeito ao exercício de uma atividade produtivo-profissional (PERALVA, 1997).

Assim, a adolescência e a juventude assumem significados simbólicos distintos diante de uma crescente complexidade do tradicional ciclo de vida. (POCHMANN, 2004).

Mais que uma fase de vida, a adolescência passa a ser compreendida como um modelo cultural a ser seguido e desejado por outros grupos etários. “O envelhecimento postergado transforma o jovem, de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente.”(PERALVA, 1997, p. 23).

Essa valorização da juventude, associada a valores e estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico, não vem acompanhada de uma atitude de tolerância e respeito às idades, principalmente no que diz respeito ao envelhecimento.

Essa valorização vincula-se a um modelo de integração social e de consumo, amplamente difundido pelos veículos de comunicação de massa (PERALVA, 1997).

Essa ressalva, feita por Peralva, nos faz perceber que a mídia influencia de certa forma no modo como os adolescentes e jovens são vistos pela sociedade, ou como Abramo comenta que,

para os quais a imagem de um jovem resistente e profundamente rebelde a qualquer compromisso, mergulhado nas águas da pós-modernidade niilista, onde a verdade, a justiça, o bem e o outro seriam meros signos sociais relativos representariam o modelo de juventude dos anos 2000 e o desencanto social generalizado deste início de século (ABRAMO, 1997, p.42).

Então essa juventude, que hoje está alicerçada em novos valores, gerencia uma velha sociedade que se agarra aos valores do novo para decompor as relações e as experiências de classe em 'cenas' desconexas e individualizadas, afirmando o modo de produção capitalista como único instrumento de unificação social, ou seja, por meio da imagem se cria a realidade e essa realidade construída realiza a unidade da vida, por meio do controle massificado das mentes e a mercantilização de toda a vida social (DEBORD, 1997).

2.2 A importância do Ensino Religioso para os adolescentes

A evidência do Ensino Religioso como disciplina diferenciada é notória, pois sua referência se assenta na cultura religiosa, nas instituições religiosas, e, em particular, no catolicismo. Desta forma, a configuração dessa disciplina vem sendo pensada por pressão das instituições religiosas e de grupos específicos, que embora possuam uma ligação com o campo educacional, são oriundos do campo religioso, portanto, de natureza externa ao campo educacional, sendo seus interesses primeiros, religiosos, externos a esse campo.

Não se pode ignorar o poder da educação e como esta se reflete em nossa sociedade e vice-versa. Mas, muitos não sabem que os valores de cidadania, deveres e responsabilidades sociais, respeito ao próximo, a busca da vivência da fé

que esteja de acordo com a consciência do grupo, o desenvolvimento afetivo-cognitivo e emocional são formas de educação. É a educação integral, que visa ao amadurecimento integrante e sempre inacabado do homem e da mulher.

Com o Ensino Religioso não é diferente e este é um processo gradativo que acontece muitas das vezes, dentro das famílias. Pensar nesta disciplina como importante é também pensar que os valores que são assimilados pelos filhos, quando pequenos, são as engrenagens principais norteadoras para o desenvolvimento equilibrado do indivíduo e da sociedade. Não é a escola a grande responsável pelo desenvolvimento educacional das crianças?

E por essa afirmação, não se pode justificar sua ineficiência, frente a um contexto cultural pós-moderno massacrante, que visa ao lucro desenfreado, às modas e à fugacidade dos estilos de vida. Deve haver uma complementaridade dos dois polos, escola e família, para ajudar na construção de consciências sociais e pessoais saudáveis. O Ensino Religioso, nesse sentido, pode ser o início para a busca de melhorar o comportamento do jovem nos dias de hoje.

Nesse contexto, quero ressaltar que valores se referem ao que temos de mais pessoal, de mais precioso e que levaremos até o fim da nossa vida, para semearmos o amor e a concórdia. O Ensino Religioso sério e coerente proporciona os mecanismos para ajudar crianças e adolescentes a desenvolverem suas potencialidades pessoais, a convivência saudável com o próximo e, principalmente, a vida interior com Deus, nosso pai e criador de todas as coisas.

Há algum tempo, o Ensino Religioso foi perdendo sua importância nos estabelecimentos de ensino primário e fundamental. Hoje, de acordo com o sistema de ensino, ficou facultativo o ensino nas salas de aula dessa disciplina. Os órgãos gestores administrativos e educacionais estão propalando a ideia do estado laico, onde nas escolas e faculdades não será permitido mencionar conteúdos de determinada religião ou exibir imagens, quadros ou frases que remetem à expressão religiosa. Percebe-se, com essa atitude, o empobrecimento da cultura e do conhecimento do que é ser religioso, ou seja, da noção de sermos religados a Deus.

Muitos concordam que o Ensino Religioso não se limita em catequizar somente. O professor, o mestre dessa disciplina, tem que ser consciente do seu

papel como cristão batizado, que possui a capacidade de ensinar com a vida os valores do evangelho, as experiências próprias de fé, que enriqueçam a vida das crianças e adolescentes. É o ensino que não passa, mas marca a vida de quem apreende e percebe o afloramento de verdadeiros valores durante as fases da vida, no que se refere ao sentido do sagrado, do humano e do social.

Mostrar-se criativo durante a aprendizagem é fundamental. Falar de Deus não é o bastante, mas indicar Deus, mostrar com simplicidade, através de instrumentos e recursos pedagógicos, a essência do ser humano que proporciona a descoberta da verdade, dos valores eternos, que constrói homens e mulheres cientes do seu papel de cristãos e cidadãos.

Diante de tantas especulações a respeito do Ensino Religioso, é preciso ressaltar a importância da concepção do conhecimento a respeito do Sagrado (Deus) no contexto multidimensional do saber humano. Como conhecimento religioso, deve-se entender o Sagrado como um fenômeno nas diversas religiões e culturas.

A importância do Ensino Religioso aconteceu primeiramente com o uso do termo “aula de religião” o qual foi historicamente ensinado nos parâmetros do cristianismo católico e já foi legalmente superado na Constituição Federal de 1988, artigo 210, e na Lei 9475/97. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que: *“o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”*.

Há de se afirmar que o Ensino Religioso não trata de uma área de temas transversais, mas, acima de tudo, é uma área de conhecimento necessário em sintonia com os pilares da educação que busca aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

Ainda de acordo com a LDB / 96, o Ensino Religioso tem como objetivo:

propiciar a aprendizagem significativa dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, analisando as diferentes manifestações do Sagrado a partir da realidade do educando, subsidiando na formação dos questionamentos existenciais,

contribuindo de forma interdisciplinar e transdisciplinar no exercício da cidadania e do convívio social, ético e pacífico e, promovendo o diálogo inter-religioso, o respeito às diferenças com o outro e com a natureza.

O conhecimento que não contempla a linguagem da dimensão religiosa ou da espiritualidade não tem sentido pleno para compreender a vida humana. Sabendo que o ato de conhecer revigora o relacionamento da construção dos saberes; seria leviano ignorar o que sempre esteve na base do ensino e da aprendizagem do convívio humano.

Mas para compreender melhor o processo desse ensino, é preciso voltar um pouco e observar que, no decorrer da história educacional do Brasil, houve várias tendências sobre a forma de conhecer o transcendente. Das três concepções de Ensino Religioso que existem no Brasil, no que se refere ao termo *religio* (religião), a mais recente situa-se na visão de uma “releitura” (do latim: *relegere*: re-ler) a respeito do fenômeno religioso, que se caracteriza pelo conhecimento hermenêutico, a partir do convívio social, no saber de si, e não como catequese.

Por outro lado, os termos latinos *religare* (unir de novo) e *reeligere* (escolher de novo) deixam transparecer as ideias de ligação contínua com o Sagrado (*re-ligare*) e de um povo que sempre de novo escolheu o seu Deus (*re-eligere*).

Por isso, o Ensino Religioso é uma linguagem, entre outras, que, no processo do conhecimento integral da vida humana, ajuda, no contexto das tradições cultural e religiosa, a discernir o saber de si próprio diante do desafio de um mundo complexo pelo pluralismo religioso.

2.3 O Ensino Religioso e sua influência na vivência dos valores dos adolescentes de Boa Vista (RR)

Desde o processo constituinte de 1988, educadores/as de várias tradições religiosas constituíram o Ensino Religioso como sendo uma disciplina. Já em 1997, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso,

elaborados pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. Segundo Corazza (2001, p. 54),

[...] a razão de ser do ensino religioso, como disciplina escolar, fundamenta-se na própria função da escola, qual seja, o conhecimento e o diálogo. Como espaço de construção e socialização dos conhecimentos produzidos, a escola também deve disponibilizar o conhecimento religioso a todos e todas que a ele queiram ter acesso, embora não seja sua função propor a adesão e a vivência de tal conhecimento, enquanto princípio de conduta religiosa e confessional, já que esse princípio continua sendo atribuição de cada religião.

Em Boa Vista-RR, de acordo com a Secretaria de Educação do Estado, o Ensino Religioso colabora no aprofundamento da vida coletiva dos alunos para a vivência autêntica da cidadania.

Tendo como base os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e os blocos de conteúdo do Ensino Religioso que são: Culturas e Tradições religiosas, Escrituras Sagradas e/ou tradições orais, Teologias, Ritos e Ethos, todos estes conteúdos foram estabelecidos a partir da filosofia, história, sociologia, psicologia e tradições religiosas.

O conhecimento ainda pode vir através de tópicos como revelações, narrativas sagradas, a exegese, as verdades de fé, os rituais, os símbolos, as espiritualidades, a alteridade, os valores, os limites éticos, etc.

Como podemos perceber, trata-se de um leque ainda complexo, contudo percebemos um caminhar em direção a uma nova compreensão da importância do conhecimento religioso para a formação do adolescente.

Através da pesquisa já realizada, foi possível compreender a influência do Ensino Religioso para a formação do adolescente, bem como as consequências que este poderá trazer, os valores trabalhados que são de suma importância na busca de uma sociedade mais justa e humana.

Muitos autores relatam que a religiosidade humana na visão dos modernos educadores é uma forma plausível para a construção de valores pouco trabalhados na família, na vida dos adolescentes.

Segundo Paul E. Johnson (1964, p. 47) "*a religião é resposta a um sustentáculo de valores*". Assim, uma religião equilibrada, que se baseia na revelação bíblica, pode ser forte elemento na propagação da moralidade e bem-estar social.

Esta disciplina (ER), contemplada como importante nas escolas de Boa Vista, também compreende o "*Ensino Religioso [...] elemento integrante do conjunto das disciplinas que estão a serviço do desenvolvimento harmônico de todas as dimensões do ser humano*" (FIGUEIREDO, 1995, p. 41), e uma vez que existe no país uma forte estrutura educacional, trazer o Ensino Religioso para as escolas e usá-lo como uma ferramenta na transmissão de valores poderá contribuir para uma sociedade mais moral e justa.

Quando concebemos o Ensino Religioso como sendo somente para as escolas, deixamos de lado o ensino que também é trabalhado em muitas Igrejas e religiões.

A realidade das escolas, em Boa Vista, não foge muito da realidade de outros estados ou municípios. Segundo Suárez (2005, p. 83), o Ensino Religioso ajudaria no desenvolvimento do pensamento crítico.

Ellen White afirma que uma vez que o aluno:

precisa ter a competência de refletir em suas decisões e escolhas, assim como emitir julgamento crítico sobre tudo aquilo que vê ao seu redor, na pesquisa e no dia-a-dia sempre fundamentado em argumentos sólidos e com espírito de aprendizado. (WHITE, 1994, p. 140.

A autora E. White ainda enfatiza a afirmação acima ao afirmar que:

Os professores devem induzir os alunos a pensar, e a entender claramente a verdade por si mesmos. Não basta ao mestre explicar, ou ao aluno crer; cumpre suscitar o espírito de investigação, e o aluno ser atraído a enunciar a verdade em sua própria linguagem, tornando assim evidente que lhe vê a força e faz a aplicação?. Por trabalhosos esforços, as verdades vitais devem assim ser gravadas no espírito. Talvez isto seja um processo lento; é, porém, mais valioso do que passar correndo sobre assuntos importantes, sem a devida consideração.

Se no passado o Ensino Religioso foi considerado um elemento eclesial na escola, pelo tipo de tratamento que lhe foi dado, esforços têm sido envidados no sentido de assegurá-lo como elemento normal do sistema escolar. Para isso não deve ser entendido Ensino Religioso como o ensino de uma religião na escola, mas sim uma disciplina centrada na antropologia religiosa.

Apenas para ressaltar a importância do tema, a questão do Ensino Religioso, além de polêmica, é uma constante na história jurídica brasileira. "Praticamente todas as constituições, à exceção da constituição de 1891, fizeram referência a esse instituto, o que demonstra a importância de um estudo a seu respeito". (ALMEIDA, 2009, p. 10).

A Educação, em Boa Vista, segundo dados obtidos nesta pesquisa, busca atingir a totalidade da natureza humana, desenvolvendo harmoniosamente todas as suas faculdades e o Ensino Religioso nesse enfoque passa a ser um dos meios da educação, no entanto, ela não pode deixar de ser essencialmente religiosa.

O que se observou é que o Ensino Religioso para os adolescentes também necessita de uma didática, com objetivos, conteúdos e princípios que orientem a prática pedagógica dos profissionais do Ensino Religioso.

Os adolescentes veem o Ensino Religioso baseado na experiência direta, não intelectualizante. O professor nesse sentido precisa trabalhar a sabedoria da vida, trabalhar os valores, as atitudes, as estruturas sociais e políticas. Essa formação religiosa não pode sucumbir ao dogmatismo nem ser catequética.

Deve, sim, ser conduzida por apelos à razão do educando com respaldo no desenvolvimento progressivo do seu senso crítico.

O Ensino Religioso nas escolas pesquisadas tinha por fim também despertar no adolescente toda a vontade de ajudar as pessoas que se encontram em aflições, que estejam passando por dificuldades de qualquer ordem. Ou seja, o adolescente que traz dentro de si um sentimento dessa grandeza, transforma-se num homem de bem e disposto a ajudar a quem precisar.

No decorrer da história, sempre houve uma preocupação em estabelecer a identidade do Ensino Religioso escolar, distinto do ensino catequético,

principalmente nas escolas da rede oficial, frente ao pluralismo de crenças dos alunos, das famílias e dos professores.

E desta forma existe também uma busca de precisão nos seus objetivos, métodos, conteúdos e linguagem que tenham um referencial básico, para que os temas propostos não sejam apresentados de forma vaga, neutra, mas, sobretudo com o objetivo de atender à pluralidade de religiões.

Observou-se nesse sentido que a escola buscava conduzir a discussão sobre um conjunto de valores que o ser humano deve ter para uma sobrevivência digna. Os professores também se adaptavam às expressões da modernidade e da pós-modernidade, favorecendo uma visão crítica perante aos valores e os contra valores que estão dentro desta sociedade capitalista, discriminadora e individualista.

Ressalta-se que o Ensino Religioso deve ter como meta a busca do respeito à individualidade e à liberdade de cada um, incentivando o aluno e dando sentido à sua vida e aos seus valores, valores estes que cada um traz consigo e estabelece um legítimo diálogo e trocas de experiências para uma maior compreensão da realidade e da religiosidade do outro.

Para se compreender melhor como o Ensino Religioso pode estar influenciando na construção de valores na vida dos adolescentes e que também está relacionado com o ensino em Boa Vista-RR, buscou-se destacar alguns dados históricos deste ensino de acordo com FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso).

Anísia de Paulo Figueiredo, entre outros, afirma que o Ensino Religioso no país passou por várias fases.

Na Primeira Fase, denominada de Horizonte do Colonialismo (1500 a 1800), a ênfase era a integração entre escola, Igreja e sociedade política e econômica. E o objetivo era ativar os alunos para que se integrassem nos valores da sociedade.

Buscava-se a cristianização dos discentes através da igreja dominante. Desta forma, o que se desenvolve como Ensino Religioso é o ensino da religião oficial, através da catequese dos negros e evangelização dos gentios, conforme acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice, o Papa, e o monarca de Portugal.

Na Segunda Fase, chamada de Horizonte do Regalismo (1800 a 1964), o objetivo é a escola pública, gratuita, laica para todos. Assim o Ensino Religioso passa a se submeter ao estado.

A burguesia toma lugar da hierarquia religiosa e a educação mantém-se vinculada ao projeto da sociedade. Tanto a escola quanto o professor continuam sujeitos a um projeto amplo agora sob a direção do Estado.

Anísia de Paulo Figueiredo (1995, p. 9) declara que neste momento:

o ensino religioso foi atrelado ao sistema de protecionismo da metrópole, concretizado a partir do juramento do Imperador, em manter oficialmente a religião católica, forma do artigo 103 da Constituição Pública do Império do Brasil.

Na terceira fase, a Monarquia Constitucional (1823-1889), estava descrito na Carta Magna de 1824 (artigo 5º) que a "Religião Católica Apostólica Romana seria a religião oficial do Império". Assim com o fortalecimento da religião, a política passa a depender da Igreja e o que se ensina na escola é a Religião Católica Apostólica Romana.

Na quarta fase, a Implantação do Regime Republicano (1890-1930), o Ensino Religioso foi considerado como o principal empecilho para a implantação do novo regime de governo, que buscava agora a separação entre Igreja e Estado.

A expressão "*será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino*", é o único dispositivo da Primeira Constituição da República a orientar a educação brasileira. Terá início, com essa declaração, um dos mais acirrados debates em torno do Ensino Religioso no país.

Entretanto, devido ao zelo e à fidelidade dos líderes dos principais sistemas de ensino ainda sob a orientação da Igreja Católica, o Ensino da religião católica se manteve presente.

Na quinta fase, Período de transição (1930-1937), o Ensino Religioso passa a ser admitido em caráter facultativo, através do decreto de 30 de abril de 1931, por conta da reforma Francisco Campos.

Na constituição de 1934 é assegurado nos termos do artigo 153: O Ensino Religioso será de matrícula facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis, e constituirá

matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Na fase seguinte, no Estado novo, horizonte do nacionalismo (1937-1945), é efetivada a reforma de Francisco Campos e o Ensino Religioso perde seu caráter de obrigatoriedade e passa então a ser admitido como facultativo. Neste momento, a educação é norteadada pela ideologia nazi-facista, onde são valorizadas: a formação profissional, a formação militar e, em especial, a acentuada atenção à formação de "individualidades condutoras". (FIGUEIREDO, 1995, p. 11).

Posteriormente vem o Período Republicano ou Horizonte do Liberalismo (1946-1964) onde o Ensino Religioso é contemplado como deve

O artigo 141, 7º parágrafo afirma: *"É inviolável a liberdade de consciência e crença, e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo os que contrariam a ordem pública e os bons costumes"*.

Assim outro debate será desencadeado. De um lado os defensores dos princípios da laicidade e, de outro, os defensores do princípio de que o Ensino Religioso é um direito do cidadão, como ser religioso que frequenta a escola pública. Nesta época a escola deixa de ser o espaço unitário e coerente de um grupo privilegiado.

Após a fase de hegemonia da Igreja Católica (Séculos XVI-XVIII), e do Estado (Séculos XVIII-XX), sobre a escola e a educação, assiste-se ao fim do monopólio de ambas. Elas não são mais as únicas referências, pois as diversas forças sociais e profissionais se articulam para assumir sua responsabilidade, erigindo novas modalidades de funcionamento da ação escolar. (FONAPER, p. 28).

Com a chegada do Horizonte do Autoritarismo (1964-1984), os avanços democráticos foram interrompidos. O conceito de liberdade passa pela ótica da segurança nacional. Neste contexto, o Ensino Religioso é obrigatório para a escola, e se concede ao aluno o direito de optar pela frequência ou não no ato da matrícula.

No Horizonte do Reconstitutivismo (1986-1996) desde o início do processo constituinte, em 1985, à tramitação do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases no Congresso Nacional, o Ensino Religioso volta a ser objeto de discussão e polêmicas.

De um lado, recuperam-se discursos das fases anteriores, principalmente dos setores contrários à sua permanência ou inclusão no sistema escolar. De outro lado, o desejo de que ele permaneça no currículo como disciplina, permitindo ao educando ter, na Escola, a oportunidade de compreender sua dimensão religiosa e encontrar respostas a seus questionamentos.

A Constituição Federal em vigor, promulgada em 1988, garante, através do artigo 210, parágrafo 1º do capítulo III da Ordem Social, o Ensino Religioso nos seguintes termos: "*O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental*". Finalmente, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a lei Nº 9.475, de 22 de julho de 1997 que reza:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente no Art. 3 assegura que a criança e o adolescente tenham "*[...] todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.*"

A oportunidade de receber informações de conteúdo Ético e Moral dentro da comunidade escolar ficou restrita ao ensino Fundamental sob a tutela do Ensino Religioso. Mesmo sofrendo o impacto das tendências de cada época, o Ensino Religioso foi tendo seu espaço devidamente assegurado, seu perfil corretamente traçado, que acabou figurando em um projeto pedagógico definido e assumido pela sociedade e instituições de ensino.

Com essa abordagem histórica há de se perceber as fortes influências históricas hoje no Ensino Religioso, influências na construção de valores na vida social e na construção de identidade do próprio adolescente.

O grande desafio hoje que se observou na pesquisa feita dentro do contexto escolar é que se vive um momento de ceticismo quanto à religião, muitas vezes, graças a movimentos religiosos que fazem da religião uma forma de enriquecimento.

Mas nas escolas é diferente, os adolescentes precisam ter hoje uma visão clara, objetiva e, ao mesmo tempo, crítica dos fenômenos atuais.

Nesse sentido, os valores podem ser trabalhados na disciplina de Ensino Religioso e esta disciplina pode alcançar a mentalidade secular, que, muitas vezes, pensam não haver amparo científico para um conceito cristão das origens. Sem dúvida, o Ensino Religioso nas escolas, em Boa Vista, é uma grande oportunidade para transmissão de valores morais e espirituais para o desenvolvimento de um caráter sadio nos adolescentes.

Segundo Bahia (2000), os valores cristãos significam: amor, alegria amabilidade e a confiança em Deus. Outros são os valores a serem cultivados: esperança, consciência de moralidade, graça, generosidade, serviço, retidão, pureza, missão, honestidade, temperança, respeito próprio, serviço, integridade, humildade, compaixão, empatia, cooperação, cortesia, paz interna e externa, reverencia, justiça e tolerância.

Os valores religiosos dizem respeito ao relacionamento com Deus e o cristão, acreditando e aceitando pela fé a existência de Deus e de Sua revelação na Bíblia Sagrada deve "buscar conhecer a Deus e compreender sua vontade. Este bem poderia ser o primeiro princípio da educação cristã." (WHITE, 2003, p. 293).

Por isso, ao refletirmos sobre a convivência em sociedade, deve-se buscar a coerência e consistência de valores que norteiem as ações de caráter moral. A ética é a reflexão crítica sobre a moralidade; ela não tem a pretensão de definir normas, mas busca fundamentação para que tenha significado crítico nas relações sociais.

Estes valores estão embasados na lei áurea com origem no criador e no amor verdadeiro (ágape), amor-respeito, permitindo estabelecer assim as premissas básicas da ética cristã. A adoção de valores éticos leva a desenvolver códigos de ética pessoal e profissional que modelam o comportamento humano, o grande objetivo da ética (RITTER, 2000).

A escola pode trabalhar esses valores morais que permitem estabelecer princípios de disciplina e comportamento e forma reservas morais pessoais ou institucionais importantes nos dias atuais, tornando a convivência em sociedade mais digna onde se torna evidente a realização do bem comum.

É comovente o apelo de Júnior (2001, p. 57):

Precisamos acabar com os analfabetos em letras, em cidadania, em solidariedade, em justiça social para evitar a manutenção de corruptores eleitorais, de governos irresponsáveis e desta miséria humana social que vemos pelas ruas e pelo interior do país. A educação religiosa pode contribuir para isso.

A importância de uma formação religiosa mais pujante pode ser vista na fala de Fernando Altemeyer Junior. Ele declara que:

esta é a novidade no novo milênio: articular as diferentes falas sobre o humano sem excluir o religioso ou dogmatizá-lo. Assumir a religião como valioso campo de conhecimento e lugar de revelação das potencialidades culturais de um povo. (ALTEMEYER JÚNIOR, 2001, p. 56).

Contudo, ao comentar a metodologia que deve ser usada na prática dessa disciplina, F. A. Junior preocupa-se que o proselitismo e a doutrinação sejam evitados. Durante os últimos trinta anos, a doutrinação tem sido considerada uma das questões mais controversas na área da Filosofia da Educação. Diferentes ideias têm surgido sobre o tema.

Segundo Stencel (2009, p. 67) o termo doutrinação:

[...] pertence a uma família de conceitos que inclui "ensino", "instrução", e "aprendizagem". Poderíamos dizer que a doutrinação é qualquer um dos vários métodos de ensino possíveis tal como instrução sem questionamento, a recitação e a aprendizagem rotineira. Nesse contexto, ensinar é fazer qualquer coisa com a intenção de induzir pessoas a sustentarem pontos de vista de maneira pré-determinada e inquestionável.

Ele mesmo mostra que esse processo pode ser mais visto nos domínios afetivos, como "moral", "religião" e "política". A doutrinação pode assumir caráter diferente se levado em conta seu conteúdo, método e intenção. Desta forma assumindo uma conotação negativa.

Com relação ao conteúdo, Stencel argumenta: se ele for apresentado de maneira que anule o processo investigador ou provoque supressão sobre a avaliação crítica, se torna danoso ao processo educacional.

Qualquer abordagem pedagógica na apresentação de um conteúdo específico, que irá afetar o desenvolvimento intelectual e emocional de seus alunos, pode ser reconhecida como doutrinação. Esse enfoque da Doutrinação dada por Stencel, é extremamente relevante e preciso, pois interfere na construção de valores dos adolescentes no contexto educacional.

A metodologia empregada também surte efeitos de acordo com filósofos e educadores, ao afirmarem que a doutrinação pode ser trabalhada através da lavagem cerebral, ensino autoritário, a inculcação, a propaganda, a censura e o controle da mente. Logo, o método pode assumir uma conotação negativa se força alguém a pensar ou agir de forma diferente daquela que desejava.

Finalmente, quando professores intencionalmente aplicam a doutrinação aos alunos, estão "violando a personalidade dos alunos". (STENCEL, 2009, p. 69). Com base nestes argumentos, deve haver uma séria preocupação que, ao serem ministradas as matérias de Ensino Religioso nos estabelecimentos de ensino, não se firam os princípios de liberdade e igualdade, não sejam cerceados os direitos dos alunos, nem limitada sua reflexão e desenvolvimento.

Assim, há de se compreender que as escolas de Boa Vista não estão muito distantes do Ensino Religioso que faz parte da história cultural de nosso país, passando por diversas reformulações ao longo dos anos.

O Ensino Religioso nesse aspecto, por estar presente hoje como disciplina, tem fomentado debates e discussões que apontam para a sua importância e significado para os alunos de nossas escolas.

3. METODOLOGIA

A metodologia será com base na abordagem qualitativa por meio de técnicas como a observação e o questionário. A escolha desta abordagem se deu por acreditar que a mesma verifica uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (MINAYO, 2007).

Para contextualizar o problema de pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos iniciais leituras que abordavam o tema para seu embasamento teórico, ligados a realidade escolar por ele vividos na Educação de Jovens e Adultos, afim de identificar quais os aspectos que interferem no índice de evasão escolar. Por isso a problemática dessa pesquisa está situada como Gamboa explica “[...] o problema é problema numa determinada ordem de coisas. [...] Uma pedra é problema dentro do sapato, pode não sê-lo fora dele”.(1997, p.109)

3.1 Sujeitos da Pesquisa

No primeiro momento será escolhido duas turmas de mesma série/ano para serem observadas e avaliadas de acordos com critérios pré-estabelecidos. Serão selecionados 10 alunos de cada turma para obtenção dos resultados por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas.

3.2 Etapas e técnicas da Pesquisa

As etapas da pesquisa serão a observação, aplicação do questionário, análise bibliográfica. Estes foram considerados o mais adequado para o conhecimento e compreensão do problema que está sendo pesquisado.

Marconi e Lakatos (2003, p. 190) definem observação como: Uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.

De acordo com Marconi; Lakatos (2010, p.86), *“o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”*. O tipo de questionário escolhido para os alunos foi de múltipla escolha, onde as perguntas fechadas apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto. Esta técnica é facilmente tabulável e proporciona uma exploração em profundidade quase tão boa quanto a de perguntas abertas. *“A combinação de respostas múltiplas com as respostas abertas possibilita mais informações sobre o assunto, sem prejudicar a tabulação”* (Ibid, p. 89).

Também será realizado entrevistas com os alunos e professores antes e ao término da pesquisa como forma de avaliação do recurso utilizado. Mason (1996) afirma que a entrevista é uma das formas mais comuns de gerar dados em pesquisas qualitativas; segundo o autor, o pesquisador deve se perguntar: *“Por que quero fazer a entrevista?”* *“Por que quero falar ou interagir com pessoas para gerar dados?”* Já Erickson (1988) declara que as entrevistas são o segundo método mais relevante, uma vez que a observação participante é o principal método de levantamento de dados em pesquisas etnográficas.

Adotamos tais técnicas, pois possibilitam um contato mais próximo com os sujeitos pesquisados, facultando a proximidade com o modo como se relacionam com o objeto da pesquisa, o que pode contribuir para obtenção de informações que refletissem as suas percepções quanto ao processo de ensino religioso nas escolas. Os dados coletados serão analisados com base na análise empírico-interpretativa.

4 ANÁLISE DO PAPEL DO ENSINO RELIGIOSO NA FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL DOS ADOLESCENTES

Os dados da Pesquisa de campo serão analisados quantitativa e qualitativamente.

4.1 Análise quantitativa dos dados da pesquisa de campo

Neste capítulo, apresentamos os resultados do trabalho de reflexão e análise referente a cada fase em que o estudo se estruturou. Será com base nos resultados aqui apresentados que procederemos, posteriormente, à interpretação e discussão dos aspectos mais salientes.

Nossa primeira ação após recebermos autorização para realizar a pesquisa na escola foi reunir os professores e alunos, que participaram como sujeitos, para começar a planejar as atividades de observação e entrevista.

Assim, a presença no ambiente escolar teve como foco introdutório a entrevista com a gestão da escola para entender como acontece o atendimento aos alunos, o planejamento dos professores, os recursos disponíveis, a estrutura da escola, a logística de pessoas para atendimento ao aluno, enfim, tudo que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem do ensino religioso. Além da abordagem sobre como é trabalhado o ensino religioso na escola.

Em sequência, a gestão direcionou o trajeto da pesquisa, realizando a apresentação aos professores que participariam como sujeitos da mesma. Os professores assim concordaram e aceitaram responder ao questionário e serem observados em sua prática docente. Assim também, os alunos que por amostragem também responderam ao questionário. O processo da pesquisa constou de três fases: O Questionário, a Observação e Análise dos Resultados. Comentaremos um pouco sobre cada fase.

O questionário foi utilizado devido à necessidade de caracterização inicial dos professores com quem iríamos trabalhar, optando pela utilização de um instrumento

que, pelas suas características, possibilitasse recolher dados de forma rápida e eficaz sobre alguns dados dos professores quanto a sua prática pedagógica, envolvendo o ensino religioso, o qual considerávamos essencial conhecer numa fase inicial do projeto.

Havendo a possibilidade de, posteriormente, poder aprofundar essa informação através do contato direto com os professores, consideramos que seria o questionário o instrumento adequado para a concretização daquele objetivo.

Para os alunos também foi construído um questionário para compreender melhor como o ensino religioso pode influenciar no comportamento dos adolescentes. A elaboração do questionário, que nas páginas seguintes apresentamos, resulta das leituras exploratórias que havíamos feito sobre a problemática do ensino religioso nas escolas.

Depois de aplicados e recolhidos, os questionários foram analisados, com base no cálculo das frequências e percentagens verificadas nos itens de resposta fechada e com procedimentos de análise qualitativa de dados no caso das questões abertas.

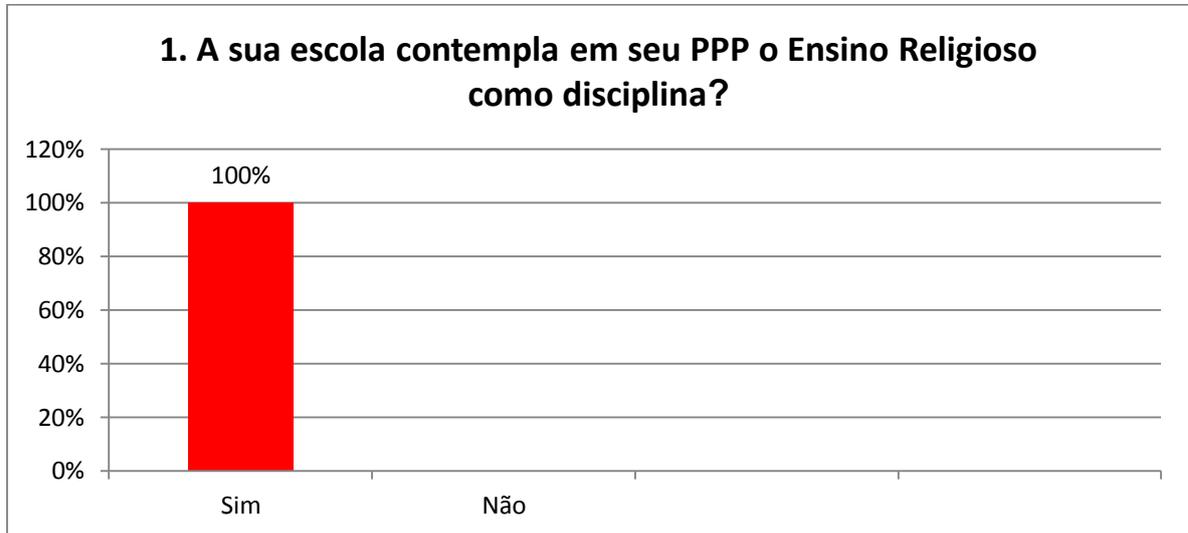
Participaram da pesquisa, relatando suas experiências com o Ensino Religioso, quatro professores do Ensino Fundamental de uma escola, em Boa Vista: Escola A (Municipal). Percebemos no relato dos professores de modo geral que estes reconhecem a importância do Ensino Religioso na prática pedagógica, mesmo que, algumas vezes sem a devida consciência dos objetivos e da interação que deve ser feita.

Em primeiro plano, foi realizada a análise do questionário aplicado aos professores e alunos em intervalos de aula, obedecendo ao combinado e realizado individualmente para não prejudicar o desenvolvimento de suas aulas.

Dos professores da Escola A (Municipal) obtemos os seguintes dados: Com relação ao primeiro questionamento: “A sua escola contempla em seu PPP o Ensino Religioso como disciplina (q.1)?”. Unanimemente 100% dos professores responderam Sim, que a escola contemplava o Ensino Religioso como disciplina em seu PPP. Essa afirmação evidencia a importância pelo menos nos documentos escritos sobre o Ensino Religioso na escola.

O gráfico 1 torna mais claro o acima colocado.

Gráfico 1: O Ensino Religioso como disciplina no PPP da escola



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

No segundo questionamento, foi ressaltado “como o professor acredita que deveria ser o Ensino Religioso nas escolas” (q.2). Esta pergunta foi aberta e os professores responderam sucintamente de acordo com suas experiências como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2: O “como” do ER nas escolas



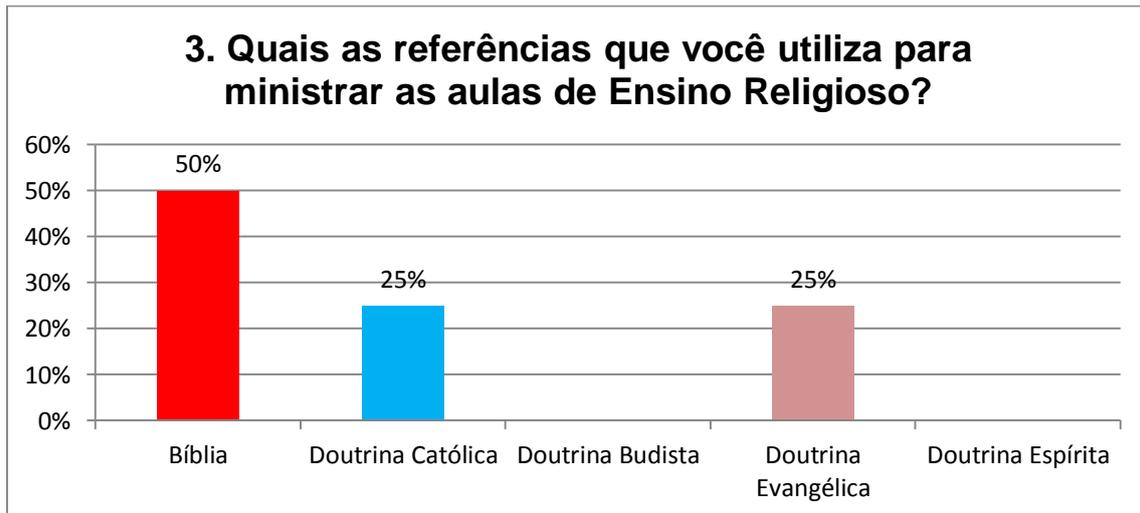
Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

Nota-se nas respostas que os professores não estão muito satisfeitos como são realizadas as produções das aulas de ensino religioso. A estrutura que as escolas oferecem para tal ensino parecem não demonstrar muita importância para esta disciplina.

O questionamento seguinte estava relacionado ao “tipo de referência que o professor utiliza para ministrar as aulas de Ensino Religioso” (q.3). Quais os fundamentos teóricos utilizados para planejamentos e prática do ensino religioso?

O gráfico 3 mostra melhor o acima questionado.;

Gráfico 3: Referências para ministrar o Ensino Religioso.



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

Os professores responderam em grande parte que utilizam a Bíblia como suporte para as aulas de religião. Outro foco destacado foi a Doutrina Católica e a Evangélica. Esse aspecto demonstra que o Ensino Religioso ainda é influenciado pelas religiões dos que estão à frente da sala de aula.

Soares (2009) explica que existem três modelos para se trabalhar o ensino religioso: o catequético, o teológico e o da Ciência da Religião. No seu trabalho, explica-se que o catequético corresponde ao modelo de ensino religioso antigo, ligado a determinada religião (como o dos jesuítas, por exemplo); o teológico vem em seguida e é um modelo que se constrói num esforço de diálogo com a sociedade plural e secularizada e sobre bases antropológicas; já o da Ciência da Religião ainda está em construção e é o modelo defendido pelo autor como o mais propício para basear a prática do ensino religioso, pois se trataria de um,

[...] enfoque multifacetado que busca luz na Fenomenologia, na História, na Sociologia, na Antropologia e na Psicologia da Religião, contemplando, ao mesmo tempo, o olhar da Educação. Além de fornecer a perspectiva, a área de conhecimento da Ciência da

Religião favorece as práticas do respeito, do diálogo e do ecumenismo entre as religiões. Contribui, desse modo, com uma educação de caráter transcultural que poderá incidir na formação integral do ser humano. [...] Assim, o Ensino Religioso na rede pública de ensino será mais que educação da religiosidade (ou da espiritualidade); visarà à educação do cidadão, uma vez que a dimensão religiosa é algo presente no indivíduo e na sociedade. Secundariamente, o Ensino Religioso até poderá contribuir com o discernimento e aperfeiçoamento da religiosidade dos próprios estudantes, mas esse não é seu pressuposto necessário. (SOARES, 2009, p. 3-4., Os grifos são do autor).

A quarta questão se referia à “formação direcionada ao Ensino Religioso” (q.4).

Os resultados são mostrados no gráfico 4.

Gráfico 4: Formação direcionada ao Ensino Religioso



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

Este questionamento permitiu evidenciar uma situação que acontece em muitas escolas, a falta de preparação do professor, havendo, portanto, a discussão pedagógica de qual profissional estaria habilitado, visto não haver uma centralização ou orientação curricular nacional, para ministrar as aulas de ensino religioso.

Na verdade, a forma como esta disciplina é ministrada pelos diferentes sistemas e instituições de ensino deixa muito a desejar na questão profissional, com respeito à preparação pedagógica e metodológica.

Conforme mostra a experiência, os profissionais que ministram o ensino religioso nas escolas públicas não são comprovadamente habilitados em uma área talvez relacionada aos temas do multiculturalismo religioso, ecumenismo ou religião em si, como poderia ser argumentado no caso dos profissionais formados em Sociologia, Filosofia ou Pedagogia.

Estas afirmações podem ser verificadas pelo fato de o Conselho Nacional de Educação (CNE) pelo seu parecer nº 05/97, de 11/3/97, reconhecer a existência de uma “prática nas escolas” em que se permite que o ensino religioso sirva para

[...] assegurar que um professor, fosse lá qual sua crença, desde que tivesse cumprido as formalidades que lhe permitem a docência, passasse a ensinar matéria “religião”, *muitas vezes completando*, para sua conveniência ou da própria escola, a *carga horária de sua disciplina* de formação, registro e ingresso. (p. 2) (Apud PAULY, 2004, p. 173, Grifos acrescentados).

Perceba-se que o Conselho admite a possibilidade de em algumas escolas qualquer professor ministrar a disciplina *ensino religioso* como uma forma de complementação de sua carga horária de formação.

É por isso que é comum encontrarmos, dando tais aulas, professores de filosofia, de sociologia, de história, ou até mesmo de educação física ou de informática.

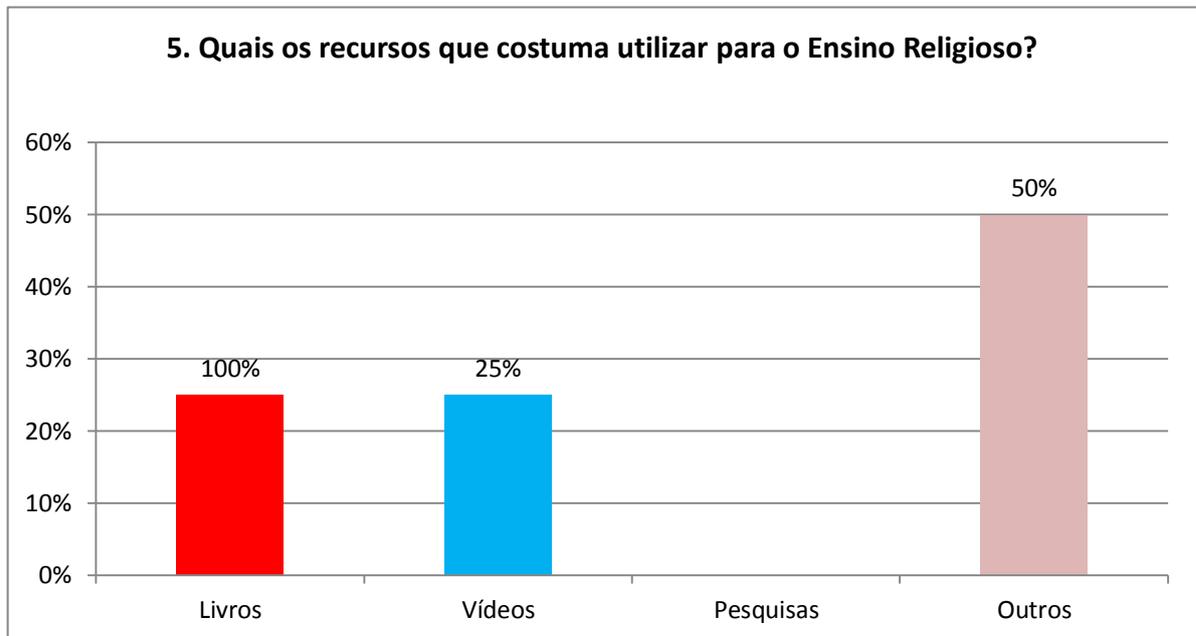
Os conteúdos são escolhidos instintivamente, pelo entendimento de tais profissionais de quais sejam os temas apropriados para tais aulas. Tal situação, de fato, pode causar problemas sérios em sala de aula, dada a desregulamentação e descentralização de tal disciplina.

A abordagem do questionamento seguinte foi voltada para “os tipos de recursos utilizados para a prática do ensino religioso” (q. 5).

Assim ao serem questionados sobre os tipos de recursos, 100% responderam utilização de livros, 25% vídeos e livros, 50% outros recursos como a Bíblia, apostilas, revistas.

Esses recursos são muitas vezes utilizados sem nenhum direcionamento ou orientação da coordenação pedagógica, embora pareça preocupante, é o que realmente ocorre costumeiramente nas aulas de ensino religioso.

Gráfico 5: Recursos utilizados no Ensino Religioso



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

As respostas dessa questão mostram claramente que existem vários recursos, mas a crença do professor pode e muito influenciar na escolha desses recursos. Segundo Arroyo:

Sabendo que na escola convivem sujeitos totais e não apenas mentes sem história, sem corpo, sem identidade, também são equacionadas como conteúdos de docência formar a curiosidade, a paixão de aprender, a emoção e vontade de conhecer, de indagar a realidade que vivem, sua condição de classe, raça, gênero, sua idade, corporeidade, memória coletiva, sua diversidade cultural e social [...] (2002, p.120).

E isso deve ser observado pela escola, gestão e coordenação. Os temas ou materiais de estudo (textos, apostilas, filmes, etc.) são selecionados pela convicção ideológica do professor que, como vimos, nem sempre está habilitado teoricamente para lidar quer com a diversidade religiosa quer com a religiosidade em si.

Na sexta questão, foi feita a abordagem sobre a “participação dos alunos nas aulas de ensino religioso” (q, 6) e isso trouxe notórias conclusões.

Como foi um questionamento aberto, os professores responderam o que observavam em suas aulas. E suas respostas identificaram que o comportamento dos alunos na realidade não se diferencia muito das outras disciplinas. Não demonstram muito interesse 50%, realizam as atividades por cumprimento de nota; 50%, percebem o ensino importante mas não se mostram comprometidos: 100% participam, mas nesses dois modos.

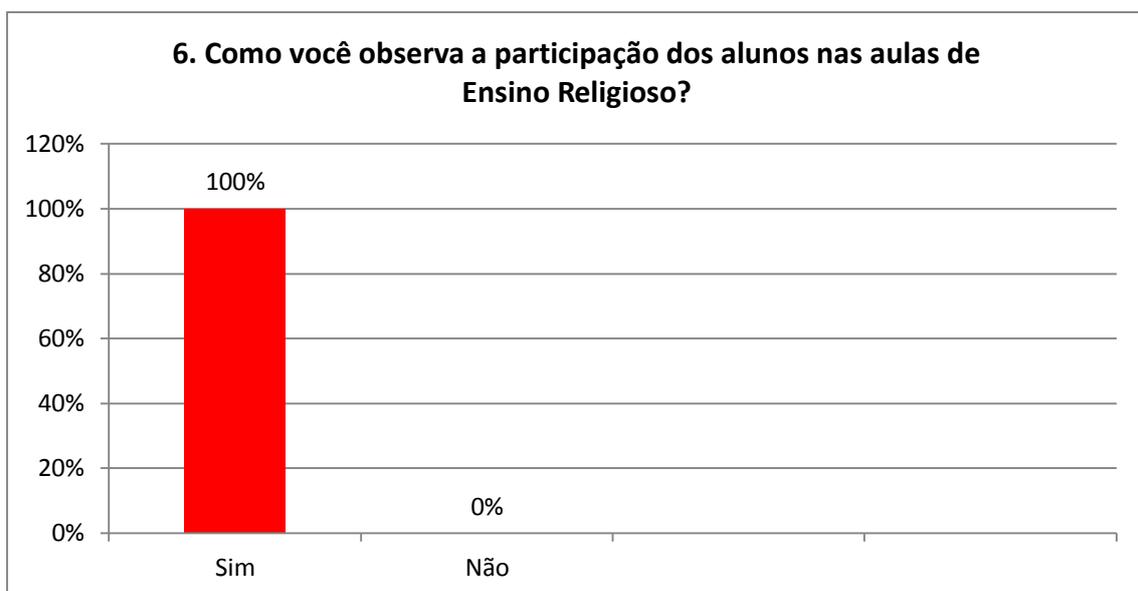
O que se observa, é que estes alunos não veem o Ensino Religioso como uma disciplina diferenciada. Para eles, em grande parte, é apenas mais uma disciplina que eles tem que cursar pra cumprir a carga horária. E o que realmente deveria se buscar eram as mudanças de pensamento quanto ao caráter moral e social desse estudante-cidadão. Por isso preciso que notoriamente o professor possa buscar novas alternativas de ensino, e como afirma Arroyo:

Nesses tempos não aprendemos apenas a dominar conteúdos, metodologias, didáticas, aprendemos a ser um determinado modo de ser professor(a).

Aprendemos valores, pensamentos, rituais, símbolos, aprendemos uma determinada cultura escolar e profissional. (ARROYO, 2002, p. 120)

A participação dos alunos é sem dúvida essencial para o bom desempenho das aulas de ensino religioso nas escolas. O aluno participativo desenvolve a aprendizagem de forma mais homogênea e coerente.

Gráfico 6: Participação dos alunos nas aulas do Ensino Religioso



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

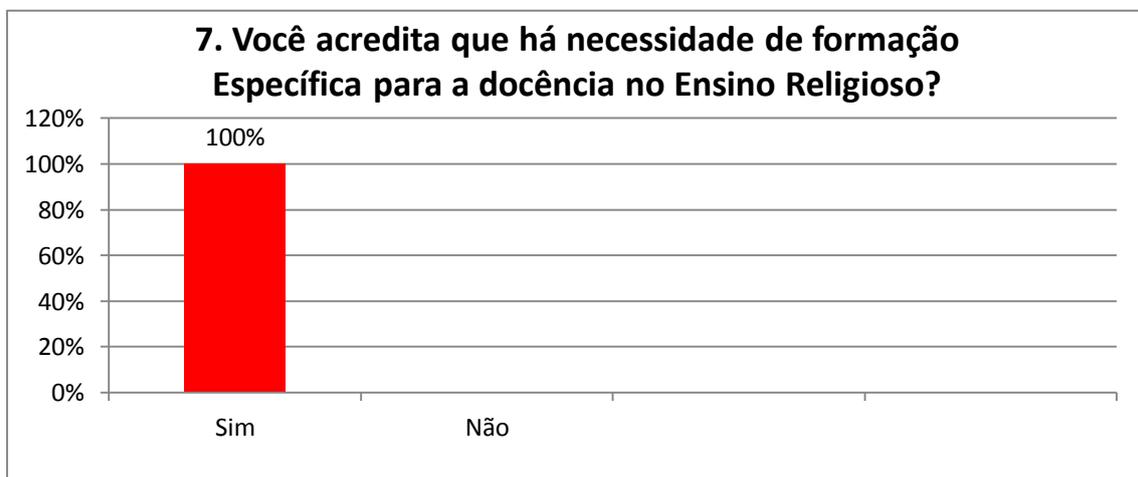
O sétimo questionamento foi relacionado à “necessidade de formação docente para o ensino religioso” (q. 7).

Nesse enfoque os professores pesquisados se mostraram a favor dessa formação. Todos afirmaram que é relevante ter conhecimento mais a fundo para se trabalhar com o Ensino Religioso. Para Carvalho:

O tesouro está na apropriação e na construção do conhecimento, no desenvolvimento dos valores espirituais e do raciocínio autônomo, na internalização e criação de novos significados e concepções de mundo, com senso crítico, com responsabilidade e solidariedade. Está, também, na presença de professores mais motivados, porque mais valorizados e, igualmente, mais competentes para desempenharem seus papéis como mediadores, criando oportunidades e experiências para a cultura de paz (2002, p. 48).

Na inserção de valores ou na introdução do entendimento sobre o transcendente ou sagrado, a ética nos impele a pensar que, enquanto educadores, o grande desafio é apresentar às crianças e adolescentes o que é passivo de ser levado à prática coletiva que não fira seus princípios e crenças individuais, que impulse a construção de sua identidade.

Gráfico 7: Necessidade de formação específica para o Ensino Religioso

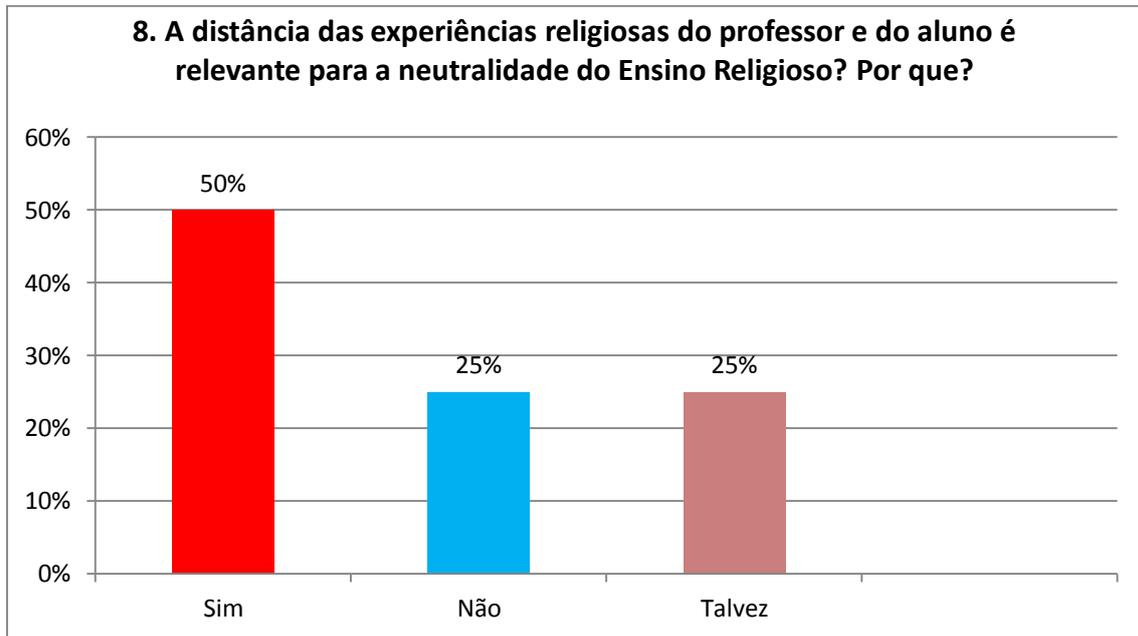


Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

No oitavo questionamento perguntou-se sobre “a distância das experiências religiosas do professor e do aluno se esta é relevante para a neutralidade do Ensino Religioso? Por que?” (q. 8).

O gráfico a seguir dá as respostas a essa questão feita.

Gráfico 8: Distâncias de experiência religiosa no Ensino Religioso



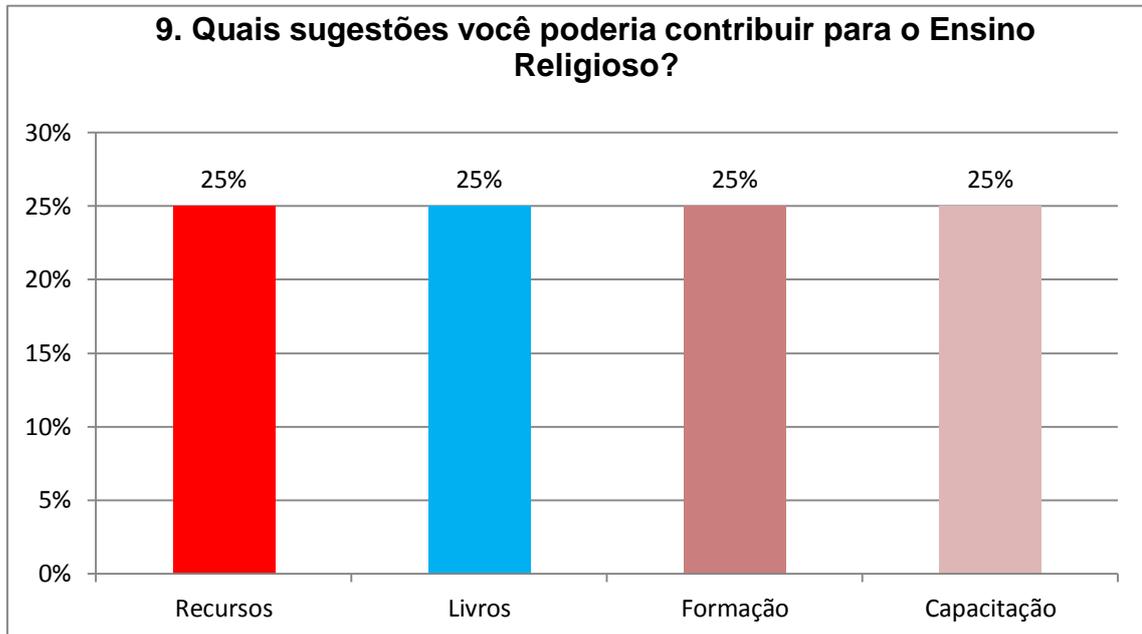
Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

A neutralidade foi considerada importante para o Ensino Religioso, pois de acordo com os comentários dos professores, quando o professor se deixar influenciar pela sua religião em certos fundamentos e conceitos, isso acaba prejudicando o propósito da educação religiosa.

No último questionamento, foi pedido aos professores que escrevessem “sugestões para a contribuição do Ensino Religioso” (q. 9).

Os professores citaram como melhoria, os recursos a serem trabalhados, livros com fundamentações neutras, formação do professor, capacitação contínua, e melhor estrutura.

Essas sugestões demonstram que mesmo não tendo uma prática e contexto educacional condizentes com o que eles almejam para o Ensino Religioso, estes reforçam que existem a necessidade de melhorias e que muito precisa ser mudado.

Gráfico 9: Sugestões dadas para o Ensino Religioso

Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

As questões respondidas nos levam a crer que o ensino religioso nas escolas públicas não deve se converter em um instrumento de proselitismo do cristianismo.

A sala de aula não é espaço para orações nem para catecismos. Se a Constituição criou um Estado laico, mas ao mesmo tempo estabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas, foi para permitir às crianças tomar conhecimento de que existem religiões e crenças distintas daquelas praticadas por seus familiares e aprender a respeitá-las.

Dessa forma, o Ensino religioso oferece chances preciosas de se criar em cada criança e adolescente o interesse crescente pelo amadurecimento em relação à educação recebida, inicialmente, na família, desenvolvendo sua capacidade crítica e a conseqüente abertura às realidades do mundo lógico, físico, social e transcendente.

O Ensino Religioso possibilita aos alunos encarar e superar as duras realidades que vêm de fora e que acabam por dificultar sua capacidade de projetar-se num conceito mais amplo e digno de vida e de futuro.

3.2 O ensino religioso e sua influência na formação ética e social dos adolescentes

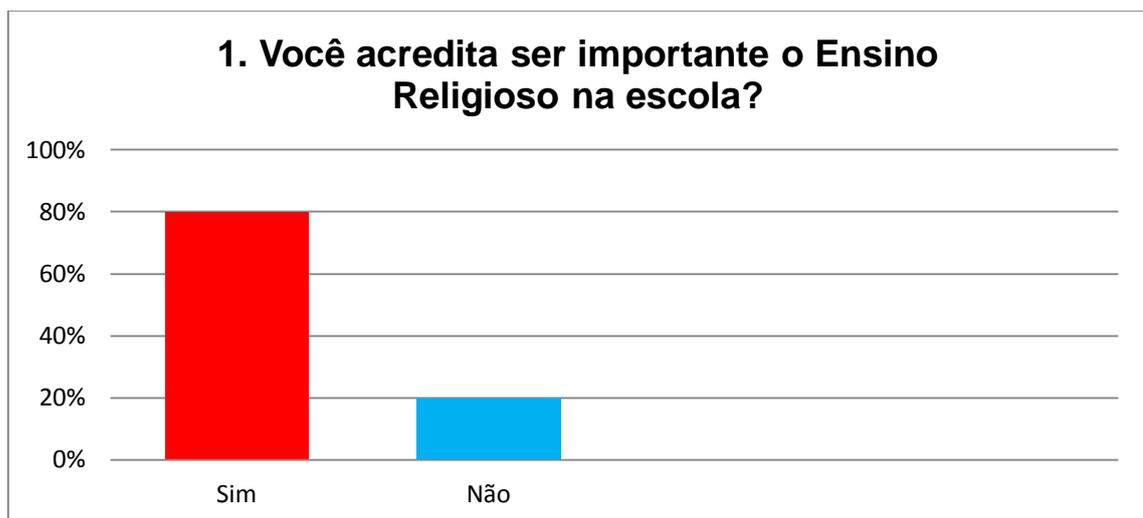
Um questionário foi aplicado a uma amostra de 30 adolescentes (11-14 anos) do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental de escolas de Boa Vista-RR.

Esta pesquisa visa a uma análise das questões de cunho quantitativo (questões fechadas) e qualitativo (questões abertas) respondidas por trinta alunos para identificar percepções relacionadas ao Ensino Religioso em escolas municipais, estaduais e particulares. As 14 questões do Questionário Misto foram divididas em: (1) Dados Sobre o Ensino Religioso. (2) Dados de Valores Cristãos (3) Experiências e Crises de Valores.

O primeiro questionamento foi sobre “a importância do Ensino Religioso” (q. 1)

Neste questionamento, 80% consideraram importante esse ensino e 20% disseram que não. A resposta demonstra que embora não sendo satisfatório o ensino religioso, os alunos compreendem sua relevância, pois 80% o acham importante como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: A Importância do Ensino Religioso na escola



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

De acordo com o termo "aula de religião", este foi historicamente ensinado nos parâmetros do cristianismo católico e já foi legalmente superado na Constituição do Brasil de 1988, art.210, e na Lei Federal 9475/97, **Art.33 da LDB**, a Lei de

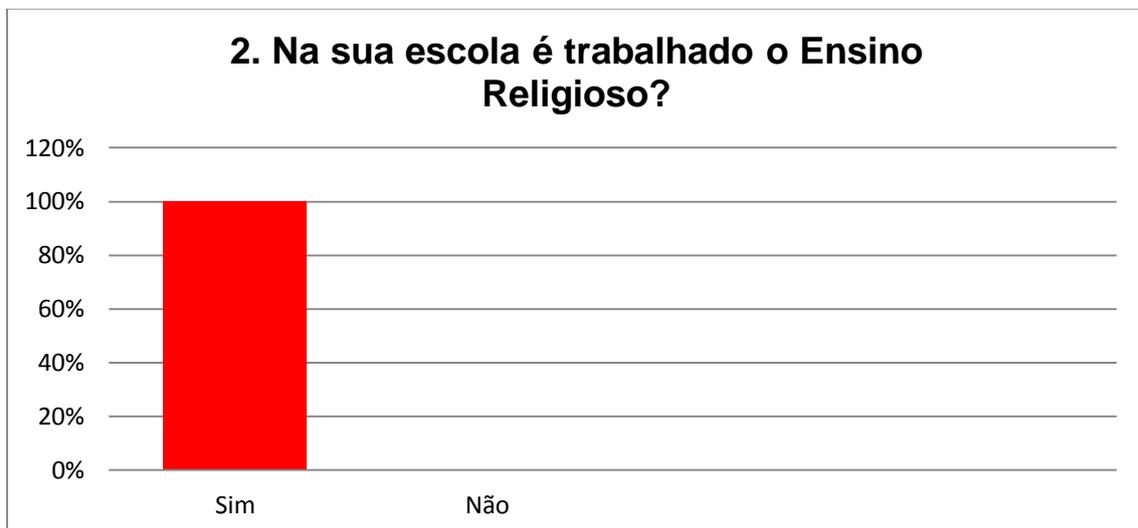
Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece que: " *O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo*".

Na questão seguinte, foi perguntando “se é trabalhado o Ensino Religioso na escola” (q.2).

Todos afirmaram que sim. O Ensino Religioso é uma disciplina escolar, e seu objetivo não é converter alunos e alunas, nem ensinar a ter fé ou convencê-los a aderirem a uma determinada confissão religiosa.

Como disciplina escolar, no entanto, acompanha o desenvolvimento da religiosidade do ser humano, desde a infância até a adolescência. Há de se entender que o Ensino Religioso não trata de uma área de temas transversais, mas acima de tudo, é uma área de conhecimento necessário em sintonia com os pilares da educação que busca aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

Gráfico 2: O Ensino Religioso na escola



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

A pergunta seguinte foi sobre “os três principais valores que o adolescente considera relevante hoje” (q. 2)

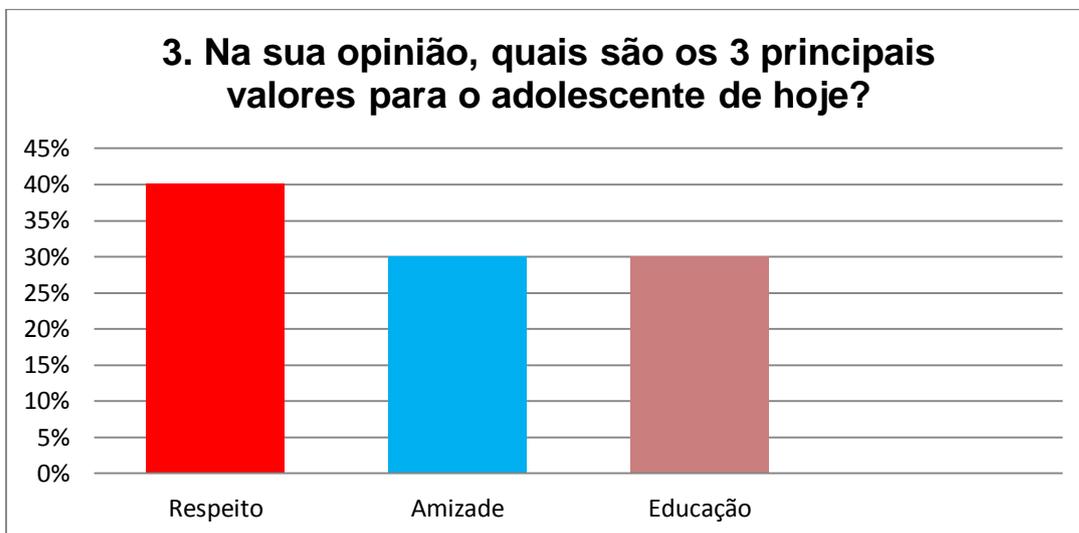
O ser humano é dotado de valores e virtudes. As quais são atitudes, ações, características de cada indivíduo. O que difere um do outro é que as virtudes são ações positivas, boas, que demonstram qualidade no ser humano, torna os indivíduos mais elevados, íntegros, humanitários. Quanto aos valores são características de cada ser, podendo ser boas ou más. Portanto, todas as virtudes são valores, mas nem todos os valores são virtudes.

Nas respostas em sua maioria foi citado o que eles acreditam ser valores como: respeito, amizade e educação, como esclarece o gráfico seguinte.

Educação em valores, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso definidos pelo FONAPER¹:

Hoje, as concepções que permanecem num imaginário de muitos setores consideram o Ensino Religioso ainda como elemento eclesiástico na Escola e não como disciplina regular, integrante do sistema escolar. Isso por conta dos princípios que regem as relações Estado — Igreja — Política — Religião ao longo do processo.¹ Na proposta atual, o que se pretende é identificar na Escola a necessidade para o espaço do Ensino Religioso no Contexto Escolar: Educação em Valores, oportunizando aos alunos e alunas um momento para reflexão sobre valores que embasam as atitudes.

Gráfico 3: Principais valores para o adolescente hoje



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

Na quarta questão, foram relacionados os valores ao ensino religioso, tendo como foco a adolescência. De acordo como o que se observa em Zabalza (2000, p.21):

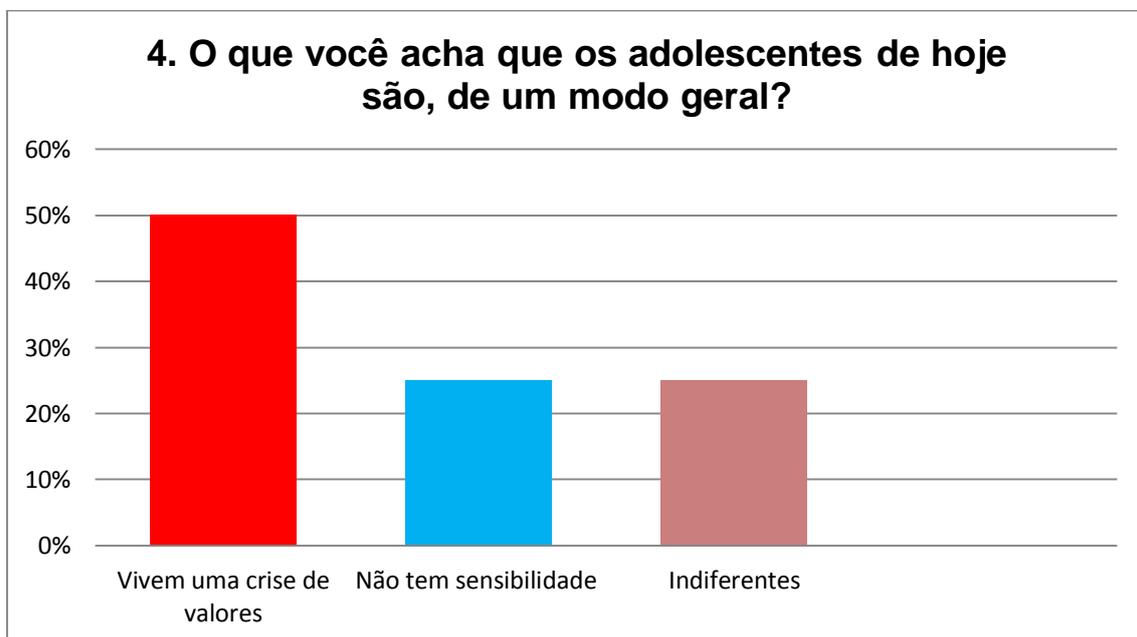
¹ FONAPER. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. Parâmetros curriculares Nacionais Ensino Religioso (PCNER). São Paulo: Ave Maria, 1998.

[...], o tema dos valores foi e será um tema-chave em qualquer processo de ação e de reflexão sobre as pessoas e suas ações; desde a religião à filosofia, desde o pensamento social às doutrinas econômicas e políticas, desde a educação à psicologia. Em geral, tudo está envolto em valores (ou contra valores) que dão sentido às ideias e às propostas que em cada âmbito são estabelecidas.

Nesse aspecto, 50% responderam que os adolescentes vivem uma crise diante dos valores religiosos; 25% disseram que não têm sensibilidade pelos valores religiosos e 25% são indiferentes, desinteressados. Conforme Moreno:

Educar é ensinar a viver. O problema da sociedade atual é ausência de valores e não de liberdade. Faltam valores que relacionem e aglutinem as vontades humanas, que deem sentido à vida, a ideais pelos quais viver e lutar. (...) a educação deve permitir o exercício de valores que tornam possível a vida em sociedade, especialmente o respeito aos direitos e liberdades fundamentais e aquisição de hábitos de convivência e de respeito mútuo.(2001, p.131)

Gráfico 4: Os adolescentes e a percepção de seus valores



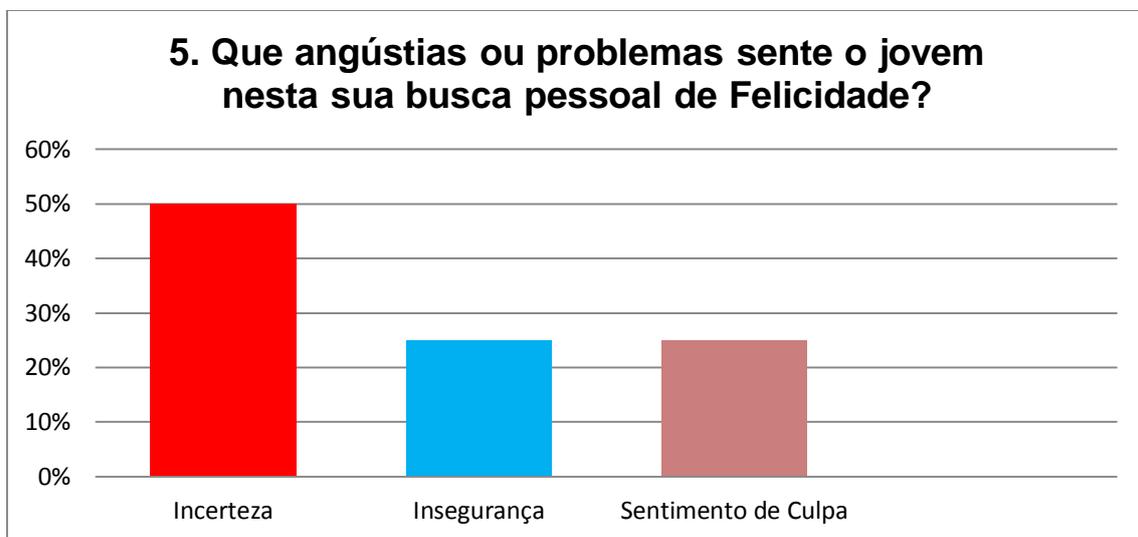
Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

No quinto questionamento, foram destacados aspectos que podem ser “as causas de problemas e angústias dos adolescentes na busca pela felicidade” (q. 5).

Entre os que se destacaram são: 50% incerteza, 25% insegurança, 25% sentimento de culpa. Isso pode ser compreensível uma vez que a adolescência pode

representar um período de transição no desenvolvimento da religiosidade, quando adolescentes iniciam uma fase de questionamentos em relação a experiências e conceitos de fé herdados de suas famílias ou comunidades confessionais. “O problema da adolescência tem uma dupla vertente, que, nos casos felizes, podem resolver-se numa fusão de necessidades e soluções. Também os pais têm que se desprender do filho criança e evoluir para uma relação com o filho adulto, o que impõe muitas renúncias de sua parte” (Aberastury & Knobel, 1981 p. 15).

Gráfico 5: Os problemas adolescentes na busca pela felicidade



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

O sexto questionamento foi sobre “o investimento que futuramente ele como adolescente pretender construir” (q.6).

As respostas que se sobressaíram foram: 50% Formar uma Família, 50% Ter uma boa profissão. Blos (1998) assinala que a profissionalização é o processo mais importante na direção da consolidação dos interesses do ego, na fase final da adolescência. A inquietude, a curiosidade, a criatividade e a espontaneidade precisam ser, nesse momento, canalizadas para uma opção profissional criativa (Moreira, 2001). O modo particular da escolha profissional de cada jovem expressa sua avaliação de passado e presente, criando os meios para as projeções de futuro.

O adolescente se encontra num processo de conquista de autonomia e para ele o futuro se coloca como uma interrogação. O presente é objeto de constante questionamento, enquanto seus investimentos subjetivos são potencialmente

capitalizados para o futuro. O adolescente vive no campo das virtualidades, o que o move à reflexão acerca do que pode vir a ser, buscando integrar suas experiências passadas, desenvolvendo a consciência de ser autor de seu próprio destino (Cárdenas, 2000).

O gráfico 6 mostra mais claramente o que foi dito acima.

Gráfico 6: Os adolescentes e os seus projetos de vida



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

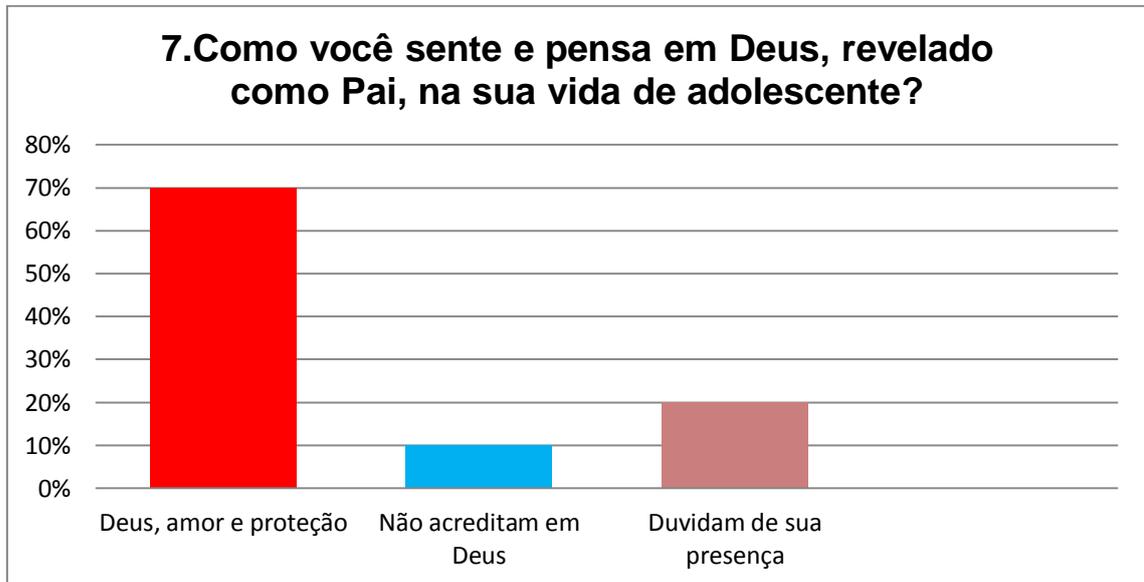
A questão seguinte foi referente “a crença na existência de Deus em sua vida” (q. 7).

Dos adolescentes entrevistados (30), 70% responderam que sentem Deus como seu amor e proteção presente; 10% não acreditam em Deus, 20% dizem que duvidam de sua presença em algumas situações da vida.

Percebe-se como o ateísmo está crescendo também na adolescência, período das dúvidas, típicas da fase formal piagetiana, embora seja um ateísmo mais em busca da autonomia (IBGE, 2010).

As dúvidas sobre a existência de Deus nesta fase da vida estão bem colocadas na literatura adolescente e juvenil, embora seja uma crise de passagem. Se a criança teve uma boa formação religiosa, essa crise deságua numa fé maior e mais sólida.

Gráfico 7: O adolescente e fé em Deus Pai em sua vida

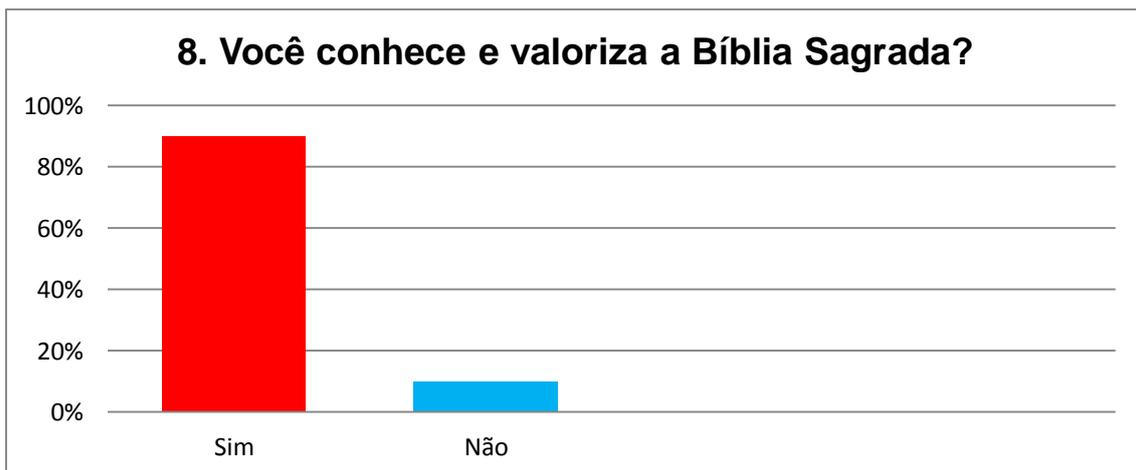


Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

A oitava questão fez referência à “valorização da Bíblia” (q. 8),

Dos entrevistados, 90% disseram que sim, valorizam a Bíblia e 10% disseram que não, por não crer no seu caráter espiritual e divino.

Gráfico 8: Os adolescentes e a Bíblia Sagrada



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

Em sequência, a questão posterior buscou identificar “o que precisaria ser melhorado no Ensino Religioso de sua escola” (q. 9)

Neste aspecto, foi respondido em grande parte que o Ensino Religioso poderia trabalhar mais os valores éticos e morais, pois, muitos adolescentes se encontram rebeldes e não respeitam as regras.

Campbell menciona que “a adolescência é uma crise de fé” e, de fato, esta observação é relevante no sentido em que o processo de mudança, súbita e profunda, a que o adolescente está sujeito (e que habitualmente designamos como “crise”) supõe a geração de um conjunto de conflitos relacionais, cuja resolução há de conduzir ao crescimento e à maturidade humana e religiosa.(p.821, 1969)

Gráfico 9: O Ensino Religioso e a formação ética e social



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

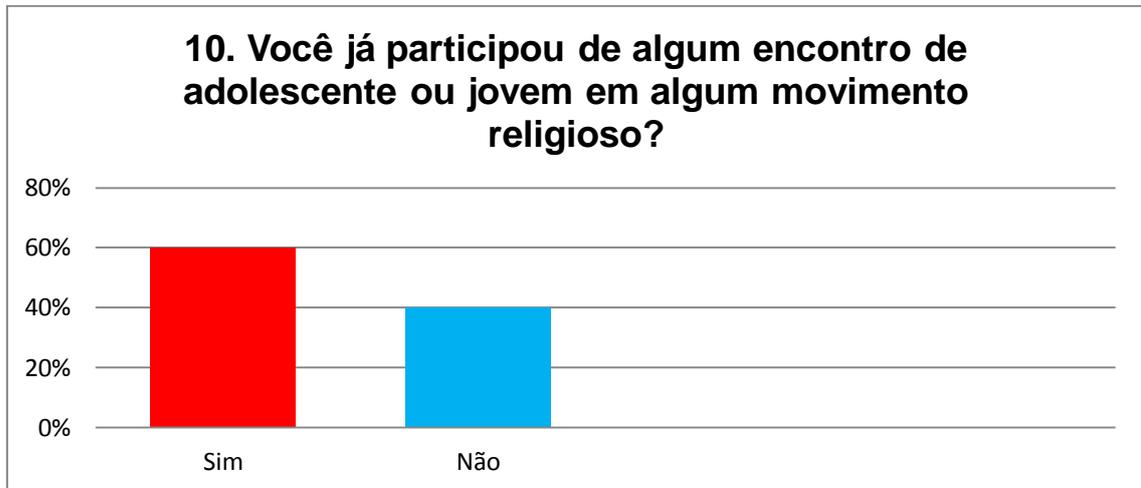
Também foi perguntando sobre “a participação em algum encontro em igrejas, escolas, relacionado a movimentos religiosos” (q.10).

Nesse questionamento, 60% responderam já ter participando de encontros, envolvendo adolescentes em reuniões de igrejas e grupos religiosos e 40% responderam que não.

De fato, é nesses encontros de adolescentes e jovens que, em geral, eles são levados a terem uma experiência profunda de Deus que muda toda uma vida, às vezes, para sempre.

O gráfico a seguir mostra os resultados.

Gráfico 10: Os adolescentes e os encontros religiosos.

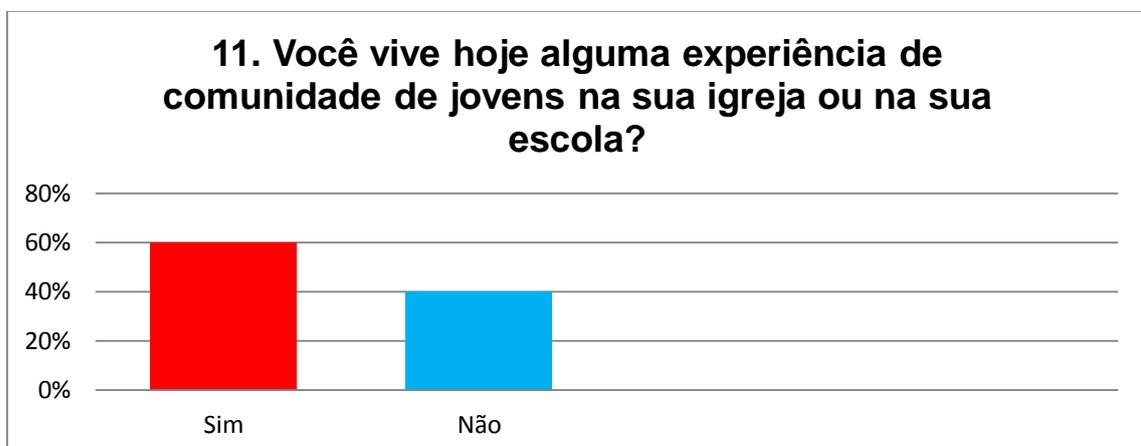


Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

O questionamento seguinte foi sobre “a vivência de experiências em comunidades, grupos ou instituições religiosas” (q. 11). A importância de um grupo religioso para Andrade (2005) é que: No grupo religioso estes jovens encontram um espaço integrador, caracterizado por uma rede de relações de sociabilidade e solidariedade, fornecendo-lhes não apenas segurança para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, mas também papéis, modos de condutas claramente definidos que contribuem para a socialização ao construírem um modelo de identificação (p.146, 2005).

Nesse tópico, as respostas foram 60% que sim e 40% que não.

Gráfico 11: Os adolescentes e as experiências comunitárias



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

Cada vez mais as instituições religiosas produzem espaços para jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de grupos que podem ser contabilizados na composição do cenário da sociedade civil. Fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens têm atuado no espaço público e têm fornecido quadros militantes para sindicatos (Novaes, p.289, 2005).

Também foi perguntado “sobre a oração” (q. 12), se o adolescente a considerava importante pra sua vida.

A resposta foi 80% que sim e 20% que não.

Gráfico 12: O adolescente e a importância da oração em sua vida



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

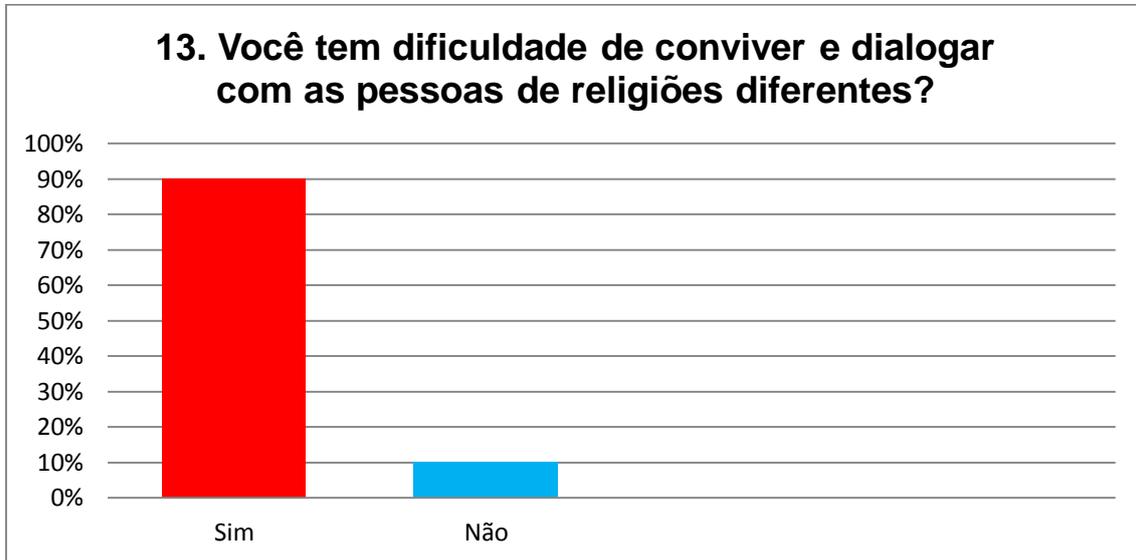
A décima terceira questão foi sobre “a dificuldade de convivência com outras pessoas de religião diferenciada” (q. 13).

Dos adolescentes entrevistados, 90% afirmaram que não e 10% que sim, percebendo-se uma grande abertura para o diferente por parte desses adolescentes.

Talvez o mundo complexo e globalizado, via influência da mídia, tenha criado uma nova mentalidade nos adolescentes que já não são fanáticos e radicais no que concerne a uma religião diferente da sua.

O gráfico a seguir mostra isso.

Gráfico 13: Os adolescentes e o diálogo com religiões diferentes



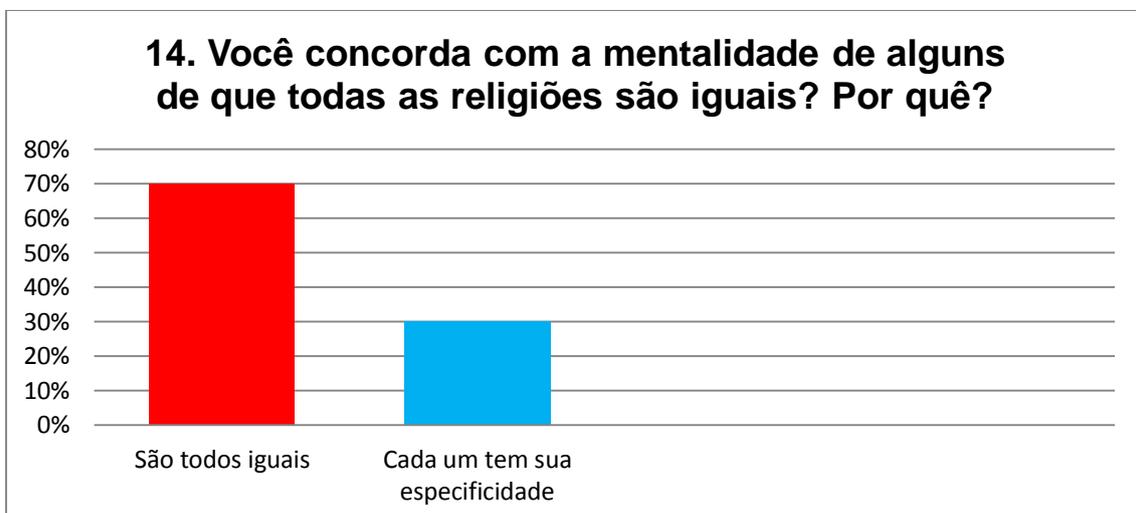
Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

O último questionamento foi sobre “a crença de muitos sobre a afirmação de que todas as religiões são iguais” (q. 14).

Aqui 70% disseram que sim, são todas iguais e 30% que não, que cada uma tem sua especificidade.

O gráfico a seguir mostra essa realidade.

Gráfico 14: Os adolescentes e a concepção da diversidade religiosa



Fonte: H. R. da COSTA, Pesquisa de campo, 2014.2

3.3 O Ensino Religioso e sua influência na formação social dos adolescentes

Todos esses dados, ao serem analisados, permitem perceber e compreender que o compromisso da escola com o desenvolvimento pleno da pessoa engloba diferentes aspectos, desde os especificamente individuais a todos os relacionamentos éticos e sociais.

Além da excelência de ensino, do ponto de vista científico-técnico, da informação atualizada e das pesquisas das diferentes áreas de conteúdo do saber, há que se proporcionar ao indivíduo em formação o ensino religioso, como um dos pontos fundamentais de sua escolarização e de sua formação humana e cidadã.

O ensino religioso não é algo distanciado desta realidade, pois sua proposta coincide exatamente com esta dupla formação para a criança e para o adolescente, não excluindo a alta qualidade que deve ser meta da escola.

Por isso, assim como os próprios adolescentes responderam nos questionamentos, o ensino religioso é fundamental na formação de valores éticos e morais.

Mas para que isso aconteça de forma ideal é preciso formação, investimento, compromisso e ainda recursos que permitam fazer a diferença desse ensino.

A escola é uma instituição social que tem, entre outras características, a promoção da formação e da informação dos alunos. Não pode fugir à sua vocação específica de instituição social que busca o desenvolvimento pleno de todas as crianças e adolescentes, visando primordialmente à sua socialização.

O ensino religioso faz parte deste elenco, principalmente se entendermos a educação inserida numa cultura e a religião como um dos elementos fundamentais dessa cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão desta pesquisa demonstra que a Transmissão de Valores na Família e na Sociedade pode influenciar e muito na construção da identidade cultural que conseqüentemente influenciará na educação desses sujeitos, podendo ser uma influência positiva ou negativa de acordo com os valores adquiridos por este no âmbito familiar.

A princípio, o que temos a considerar diante dos estudos dos teóricos abordados, é que a estrutura familiar encontra-se abalada diante de tantas mudanças na sociedade contemporânea, que incluem também os valores institucionais da família. A falta de diálogo e interação determina o papel principal da família, oferecer valores ao indivíduo para que o mesmo viva em sociedade.

Nesse enfoque a Percepção dos Adolescentes sobre a Influência do Ensino Religioso na vivência de valores percebe a disciplina de Ensino Religioso como sendo uma disciplina diferente e importante, na medida em que abrir espaço para a participação de alunos e alunas e colocar em discussão as questões e as perguntas que dizem respeito à realidade das pessoas adolescentes.

O que se observou é que é na fase da adolescência, que as pessoas começam a perceber a sociedade humana caracterizada pela pluralidade e pelas diferenças. Há diferentes culturas, religiões, costumes, estilos de vida, comportamentos, visões de mundo e formas de interpretar a realidade. A pluralidade existente na sociedade também se encontra representada na escola e no grupo que compõe uma série escolar.

E, analisando o papel do Ensino Religioso na escola com base nos dados obtidos, este deveria ser um espaço aberto ao diálogo, onde adolescentes podem participar, duvidar e perguntar, compartilhar suas experiências, medos e anseios, seus planos e projetos. O Ensino Religioso é um espaço onde a pergunta pelo fundamento e sentido da vida e do futuro pode ser compartilhada.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Felipe. **Ciência e fé em harmonia**. 5 ed. Cachoeira Paulista: Cléofas, 2009.
- ANSHEN, R. N. **Famiglia sua funzione e il suo destino**. Milano: Bompiani, 1967.
- ARDIGÓ, A.; PIERPAOLO, D. **Famiglia e Industrializzazione**. Milano: FrancoAngeli, 1976.
- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n.5 e 6, 1997.
- ABERASTURY, A. KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ANDRADE, A.. **Surfistas de Cristo: um estudo da sociabilidade juvenil**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da USP, 2005.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BERGER, Peter L. **Rumor de Anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BLOS, P. (1998). **Adolescência: Uma interpretação psicanalítica**. São Paulo: Martins Fontes.
- BELTRÃO, P. C. **Sociologia della famiglia contemporanea**, Roma: PUG, 1989.
- BERQUÓ, E. **Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. História da vida privada no Brasil. v. 4.** (pp. 411-438). São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Uma Promessa de Futuro**. A aprendizagem para todos e por toda a vida. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- CÁRDENAS, C. J. **Adolescendo: um estudo sobre a constituição da identidade do adolescente no âmbito da escola**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2000.
- CAMPBELL, E. Q.. **Adolescent socialization**. In D. A. Goslin (Ed.) Handbook of socialization theory and research, Chicago, Rand, 1969.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, ANPED Nº 24, set-dez, 2003. p. 40-52.

DAYRELL, Juarez. **Políticas públicas de juventude na região metropolitana de Belo Horizonte**. Relatório da primeira fase da pesquisa. Disponível em: http://nsae.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/rel_mg.pdf. Novembro de 2014.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico da Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.

EIZIRIK, Cláudio. **O ciclo da vida humana**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ERICKSON, E. H. (1972). **Identidade, juventude e crise: Teorias da psicopatologia e personalidade**. 2ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Discutindo o Desenvolvimento Infantil e do Adolescente**. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, Ano III, Vol3 (1), 1-37, 1994.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O Livro das Religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOLDANI, A. M. **As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas**. Caderno de pesquisa, 1994.

GOKHALE, S.D. A Família Desaparecerá? In: **Revista Debates Sociais**, Rio de Janeiro, CBSSIS, n. 30, ano XVI, 1980.

GOMES, M.; PEREIRA, M. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciência e Saúde**. v.10 n.2 . Rio de Janeiro, 2005, pp?

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez, 1988.

KNOBEL, M. **Orientação familiar**. Campinas: Papyrus, 1992.

LESLIE, G. R. **Family in Social Context**. New York: Oxford Edit, 1967.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIOTO, R. **A família é um espaço de pessoas**. In: WANDERLEY; OLIVEIRA (Orgs.) **Trabalhos com famílias**. São Paulo: SP, 2004.

MORENO, Izquierdo Ciriaco. **Educar em valores**. São Paulo: Paulinas, 2001.

MOREIRA, F. R. (2001). **Escolha profissional: um desafio possível**. Em C. Weinberg (Org.), **Geração delivery – adolecer no mundo atual** (pp. 193-205). São Paulo: Sá.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MORENO, M. C.; CUBERO, R. **Relaciones sociales: família, escuela, compañeros. Añospré-escolares**. Em: COLL, C. & MESTRES, M. M. & GOÑI, J. O. & GALLART, I. S. *Psicologia da Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MOORE, W. E. **Social Change**. Englewood: Prentice Hall, 1967.

MELO, Z.; CAMPOS, Z. **Família na contemporaneidade: danos da violência**. In: NOVAES, Regina. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias**. In *Culturas jovens: novos mapas de afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NOVAES, R. **Juventude, Percepções e Comportamentos: a religião faz diferença?** In: ABRAMO, Helena. *Retratos da Juventude. Análise de uma pesquisa nacional*. Instituto Cidadania – Fundação Perseu Abramo. São Paulo, pág. 289, 2005.

PETRINI, J.C. **Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia**. Memorandum 8, 2005. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/petrini01.htm>. Acesso em: 06 out 2014, 15:03 min.

POCHMANN, Márcio. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>

PAIS, José Machado. **Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida**. *Revista Análise Social*, vol XXVI (114), 1991, pp. 945-987.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude—alguns contributos**. *Revista Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), pp. 139-165.

PERALVA, A. **O jovem como modelo cultural**. *Revista Brasileira de Educação*, nº5. Set-dez, 1997. P. 15-24.

PERALVA, A. T., SPOSITO, M. P. (orgs.) **Juventude e Contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, ANPED, mai/jun/jul/ago, no 5, set/out/nov/dez, no 6. Número Especial. 1997.

RIVERA, Dário. Paulo Barreira. **Desencantamento e reencantamento: sociologia da pregação Protestante na América Latina**. In: **Estudos de Religião**. SBC: São Paulo: UMESP, 2002, nr. 23, p. 56-82.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família (não negrito)**. In: CARVALHO, M. (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo, EDUC/Cortez. 2006.

RIZZINI, I.; SOUSA, S. M. G. (coord.). **Desenhos de família criando filhos: a família goianiense e os elos parentais** (segunda parte não negrito). Goiânia: Cânone Editorial, 2001.

SINGLY, F. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SARACENO C. **Anatomia della famiglia**, Bari: De Donato, 1976.

SELLA, Adriano. **Ética da justiça**. São Paulo: Paulus, 2003.

SOUZA, B.M. Prefácio. In. CAMARGO. C.P.F: **Sociologia da religião e Mudança social: católicos, protestantes, e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004.

SOARES, Afonso M.L. (coord.) Col. **Temas do Ensino Religioso** (8v.). S. Paulo: Paulinas, 2009.

SUKIENNIK, Paulo B. **O aluno problema: transtornos emocionais de crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

STRECK, Danilo. **Correntes pedagógicas: uma corrente pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5. Set-dez, 1997. P. 37-52. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_06_MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf. Acesso em 22.3.2007.

PAULY, Evaldo Luis. **O dilema epistemológico do ensino religioso**. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 27, Dec. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782004000300012&lang=pt. Acesso 15 de Jan. de 2015.

VIDAL, Marciano. **Moral Cristã: em tempos de relativismos e fundamentalismos**. São Paulo: Editora Santuário, 2007.

VELOSO, Eurico dos Santos. **Fundamentos filosóficos dos valores no ensino religioso**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WALLON, H. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

ZILLES, Urbano. A crítica da religião. **Revista interações**. v.3.n.4, p.37-54. 2008.

Crise dos Valores Tradicionais. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$crise-dos-valores-tradicionais](http://www.infopedia.pt/$crise-dos-valores-tradicionais). Acesso em 06 de Outubro de 2014.

ZABALZA, Miguel. **Como educar em valores na escola**. Revista Pátio Pedagógica. Ano 4, nº 13, mai/jul. 2000.

APÊNDICE

APENDICE A

MESTRADO – HAMUTAL ROCHA DA COSTA– RR – QUESTIONÁRIO 2014.2

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: “O ENSINO RELIGIOSO E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL DOS ADOLESCENTES”

QUESTIONÁRIO RELIGIOSO PARA A JUVENTUDE

(Para os jovens com 11 aos 12 anos ou alunos cursando a 5^a série do Ensino Fundamental)

Prezado jovem, este questionário faz parte de uma pesquisa de campo para obtenção de dados, pedimos a sua parceria e colaboração em respondê-lo, com simplicidade e sinceridade.

A- DADOS SOCIO DEMOGRÁFICOS

1. Qual a rede de ensino a qual você pertence?

- A () Estadual
 B () Municipal
 B () Particular

2. Sua Idade _____

3. Seu sexo:

- A () Masculino
 B () Feminino

B- DADOS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO

4. Você acredita ser importante o Ensino Religioso na escola?

- A () Sim
 B () Não

5. Na sua escola é trabalhado o Ensino Religioso?

- A () Sim
 B () Não

6. Na sua opinião, quais são os 3 principais valores da juventude de hoje?

- A _____
 B _____
 C _____

7. Você acha que os jovens de hoje, de modo geral:

- A () Não têm sensibilidade pelos valores religiosos.
 B () São indiferentes, desinteressados.

- C () Vivem uma crise diante dos valores religiosos.
 D () Têm sensibilidade por estes valores.

5. Que angústias ou problemas sente o jovem nesta sua busca pessoal de Felicidade:

- A () Incerteza
 B () Insatisfação?
 C () Insegurança?
 D () Desorientação?
 E () Vazio?
 F () Sentimento de culpa?
 G () Conflito de consciência?
 H () Ou também

6. Em que projetos de vida você pensa investir as suas capacidades, seus talentos?

- A () Formar uma família.
 B () Ter uma Boa profissão.
 C () Ser padre.
 D () Ser irmão religioso.
 E () Ser freira.
 F () Ser político(a) ou _____

7. Como você sente e pensa em Deus, revelado como Pai, na sua vida de jovem?

- A () Não acredito em Deus.
 B () Sinto-o como alguém que me cobra, me vigia e pode me castigar.
 C () Às vezes, duvido da sua presença em algumas situações da minha vida.
 D () Sinto Deus com seu amor e proteção presente em minha vida constantemente.

8. Você conhece e valoriza a Bíblia Sagrada?

- A Sim ()
 Não ()

9. O que você acredita que precisa melhorar no Ensino Religioso na sua escola? Por quê?

10. Você já participou de algum encontro de adolescentes ou de jovens em sua Igreja, em sua escola ou em algum movimento religioso para descobrir ou aprofundar os caminhos religiosos e da Fé?

- A () SIM Onde? _____
 B () NÃO.

11. Você vive hoje alguma experiência de comunidade de jovens na sua Igreja ou na sua escola?

- A () SIM Onde _____
 B () NÃO

12. Para você, a oração é importante na sua vida?

A ()SIM

B ()NÃO.

13. Você tem dificuldade de conviver e dialogar com pessoas de religiões diferentes?

14. Você concorda com a mentalidade de alguns de que todas as religiões são iguais? Por quê?

Obrigado pela sua valiosa colaboração. (Mestrado em Ensino Religioso da Faculdade do Paraná)

APENDICE B**MESTRADO – HAMUTAL ROCHA DA COSTA– RR – QUESTIONÁRIO 2014.2****TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: “O ENSINO RELIGIOSO E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO ÉTICA E SOCIAL DOS ADOLESCENTES”****QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES**

1. A sua escola contempla em seu PPP o Ensino Religioso como disciplina?

2. Como você acredita que deva ser o Ensino Religioso nas Escolas?

3. Que tipo de referências você utiliza para as aulas de religião?

a) Bíblia

b) Doutrina Católica

c) Doutrina Budista

d) Doutrina Evangélica

e) Doutrina Espírita

f) Outros _____

4. Você já fez alguma formação direcionada para o Ensino Religioso?

5. Qual os recursos que costuma utilizar para o Ensino Religioso?

a) Livros

b) Vídeos

c) Pesquisas

d) Outros _____

6. Como você observa a participação dos alunos nas aulas de Ensino Religioso?

7. Você acredita que há necessidade de formação Específica para a docência no Ensino Religioso?

8. A distância das experiências religiosas do professor e do aluno é relevante para a neutralidade do Ensino Religioso? Por que?

9. Quais sugestões você poderia contribuir para o Ensino Religioso?
